

**Vânia Isabel Alves de Oliveira**

**O impacto da satisfação política e proteção social na satisfação com a vida em Portugal e Suécia: um estudo com base no *European Social Survey***



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

**UNIVERSIDADE PORTUCALENSE**

**Departamento de Ciências e Educação e do Património**

**Março, 2014**

**Vânia Isabel Alves de Oliveira**

**O impacto da satisfação política e proteção social na satisfação com a vida em Portugal e Suécia: um estudo com base no *European Social Survey***



Dissertação apresentada na Universidade Portucalense para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de Clínica e da Saúde, sob a orientação do Professor Doutor Gil André da Costa Nata.

**Março, 2014**

## **FOLHA DECLARAÇÃO**

## **AGRADECIMENTOS**

Terminada mais uma etapa do meu percurso académico, não podia deixar de agradecer a todos, que de forma directa ou indirecta, sempre me incentivaram e encorajaram a dar o meu melhor, contribuindo para que este processo moroso que é a realização de uma dissertação de mestrado, se concluísse da melhor forma.

Assim, agradeço ao Professor Doutor Gil Nata, meu orientador de dissertação, por me ter acompanhado ao longo desta jornada de aprendizagem. Ora através de partilha de conhecimento, ora através de palavras de incentivo e apoio.

Um muito obrigada, de forma muito sentida e especial, aos meus Pais pelo apoio INCONDICIONAL que sempre demonstraram por mim. Sem eles não seria possível!

Agradeço também à Sara, melhor amiga de infância, e ao Daniel, por TODOS os dias acreditarem em mim e nunca me deixarem ir abaixo, mesmo quando a angústia levava o melhor de mim. A vocês os dois, um MUITO OBRIGADA! À Maria, à Isabel, e ao Vítor, sempre presentes...em palavras ou acções, em todos os momentos!

A todos... muito grata!

## RESUMO

A satisfação com a vida diz respeito à avaliação subjectiva e individual das condições de vida, estando assim dependente de inúmeros factores (Diener, 2000), entre eles, com o regime político social e respectivas medidas de protecção social (Seidl & Zannon, 2004), que serão alvo de atenção particular no presente estudo.

De acordo com Radcliff (2001), a satisfação com a vida está muito relacionada com o tipo de Modelo Político-Social, sobretudo com a capacidade deste prover bem-estar social através de políticas que assegurem níveis condignos de vida, independentemente da participação no mercado de trabalho. Desta forma, o presente trabalho apresenta como principal objectivo estudar a satisfação com a vida, em países com realidades político sociais tão distintas como Portugal e Suécia. Mais concretamente, pretende-se perceber até que ponto a satisfação com a vida, nossa variável dependente, é explicada com a satisfação política, assim como a satisfação e sensação de “protecção social”, transmitida por cada regime político vigente nos países alvo.

Assim sendo, todo o trabalho de investigação centrou atenção nestas variáveis, tendo sido construídas três escalas/dimensões, através de itens da base de dados do *European Social Survey*- 2008, para avaliar a relação e o poder preditivo destas, na variação da “Satisfação com a Vida”. Identifica-se neste estudo, como variável dependente a “Satisfação com a Vida”, que é constituída por dois itens do inquérito, e como variáveis independentes, “variáveis sociodemográficas” (género, idade e habilitações literárias), e duas dimensões, das quais uma é relativa à “Satisfação Política”, constituída por 6 itens que procuram aglomerar numa só dimensão, a confiança e a satisfação relativamente à estrutura política (políticos, partidos, governos e funcionamento da democracia), e outra, relativa à satisfação com as medidas de “Protecção Social”, constituída por 5 subdimensões (“Responsabilidade\_Governo”, “Situação\_Atual”, “Benefícios\_Sociais”, “Situação\_Social” e “Situação\_Futura”), que procuram englobar a satisfação com os diferentes serviços e apoios sociais providos pelo Estado, tais como, saúde, educação, pensões e segurança social.

Os resultados permitiram verificar que de facto, o tipo de regime político-social, interfere na avaliação da satisfação com a vida, sendo os Suecos os mais satisfeitos com

a vida, com o regime político e com as medidas de segurança social do seu país, comparativamente aos Portugueses. Destaca-se ainda que entre todas as variáveis predictoras, aquelas que mostraram ter maior poder preditivo foram, a preocupação com a situação financeira familiar futura, como não vir a ter dinheiro para despesas mensais e cuidados de saúde no sentido negativo; e a satisfação com o estado da economia, com o funcionamento do sistema político e com os serviços serviço de saúde e educação, no sentido positivo.

#### **PALAVAVRAS-CHAVE**

Portugal, Suécia, Modelos político-sociais, Protecção Social, Satisfação com a Vida

## ABSTRACT

The satisfaction with life , concerns the individual and subjective living conditions assessment, and are thus dependent on many factors ( Diener, 2010) , between them , what is the target of this study , satisfaction with the political system and its social measures social protection ( Zannon & Seidl , 2004) .

According to Radcliff (2001), life satisfaction is strongly related to Model Social Politician, especially the possibilities of providing social welfare through policies that ensure decent standards of living, regardless of participation in the labor market. This study aims: study life satisfaction in countries with different social and political realities Portugal and Sweden. More specifically, we want to know the extent to which life satisfaction, our dependent variable, is explained with satisfaction policy, as well as the feeling of "social protection" transmitted by each political regime.

Therefore, all research focused attention on these variables , three scales / dimensions have been established through items from European social survey 2008 , to assess the relationship and predictive power of these , the variation of the " Satisfaction with Life. " In this study the dependent variable is the " Life Satisfaction " , which consists of two items on the survey, and as independent variables , "sociodemographic Variables " ( Gender , age and educational level ) , and two dimensions. One is on the "Satisfaction Policy" consisting of 6 items seeking clustering in one dimension , confidence and satisfaction with the policy ( politicians, political parties , governments and democracy ) structure , and another on the satisfaction measures " Social Protection" , consists of 5 sub-dimensions ( "Government Responsibility " , " Present Situation", "Social Benefits", "Social Situation" and "future Situation"), trying to group the satisfaction with the various services and social support provided by the state , such as health, education, pensions and social security .

Results indicate that, in fact the model of political and social system hinders the assessment of life satisfaction, the Swedes are more satisfied with life , with the political regime and the measures of social security from their country compared to the Portuguese. Among all predictor variables, those that have been shown to have greater predictive power, is the concern for future family financial situation , as not likely to have money for monthly expenses and health care in the negative direction , and

satisfaction with the state of the economy , the functioning of the political system and the services of health and education services in the positive direction

**KEY WORDS**

Portugal, Sweden, Political and Social Models, Social Protection, Life Satisfaction

## ÍNDICE

<b>Resumo</b> .....	p.4
<b>Abstract</b> .....	p.6
<b>Introdução</b> .....	p.11

### **PARTE I – Enquadramento Teórico**

<b>Capítulo I – Satisfação com a Vida</b> .....	p.14
1.1. Bem- Estar- Subjectivo.....	p.14
1.2. Satisfação com a Vida e Qualidade de vida .....	p.16
1.3.Satisfação com a Vida Global e em Domínios .....	p.18
1.4.Instrumentos de avaliação: Satisfação com a Vida e BES.....	p.19
<b>Capítulo II – Modelos Político-Sociais: Portugal e... Suécia</b> .....	p.23
<b>2.1.Estados - Providência: Modelos</b> .....	p.23
<b>2.2.Modelo Político Social Português</b> .....	p.26
2.2.1. Protecção Social.....	p.28
2.2.2. Mercado de Trabalho e Família.....	p.30
<b>2.3.Modelo Político Social Sueco</b> .....	p.32
2.3.1. Modelo “R-M”: Caracterização.....	p.34
2.3.2. Modelo “R-M”: Indicadores da sua Funcionalidade .....	p.36
2.3.3. Protecção Social e Família.....	p.37
2.3.4. Mercado de Trabalho. ....	p.39
<b>Capítulo III– Satisfação com a Vida e Modelo Político-sociais</b> .....	p.43
<b>3.1. Satisfação com a Vida e Variáveis Políticas</b> .....	p.45
<b>3.2. Satisfação com a vida e Modelos Político-Sociais</b> .....	p.48

### **PARTE II – Processo Metodológico**

<b>1. Definição do problema de estudo</b> .....	p.53
<b>2. Desenho de estudo</b> .....	p.53
<b>3. Metodologia e Amostra</b> .....	p.54
3.1. Procedimentos e Amostra .....	p.54
3.2. Medidas usadas .....	p.56

<b>4. Resultados</b> .....	p.58
<b>4.1. Dimensões</b> .....	p.59
4.1.1. Dimensão Satisfação com a vida .....	p.60
4.1.2. Dimensão Satisfação com a Vida Política.....	p.61
4.1.3. Dimensão Protecção Social .....	p.64
<b>4.2. Médias comparativas: Portugal e Suécia</b> .....	p.69
<b>4.3. Regressões</b> .....	p.72
4.3.1. Portugal .....	p.73
4.3.2. Suécia .....	p.75
4.3.3. Portugal e Suécia .....	p.77
<b>5. Discussão dos Resultados</b> .....	p.80
<b>6. Limitações e Sugestões para Futuras Investigações</b> .....	p.91
<b>Bibliografia</b> .....	p.92

## ÍNDICE TABELAS, QUADRADS, FIGURAS

<b>Tabela 1.</b> Descrição das variáveis de estudo.....	p.54
<b>Tabela 2.</b> Média das habilitações literárias, Portugal e Suécia.....	p.55
<b>Tabela 3.</b> Médias dos níveis de escolaridade em Portugal e Suécia.....	p.55
<b>Tabela 4.</b> Média e desvio padrão de Idades em Portugal.....	p.56
<b>Tabela 5.</b> Média e desvio padrão de idades na Suécia.....	p.56
<b>Tabela 6.</b> Variância total explicada: Análise de Componentes Principais.....	p.61
<b>Tabela 7.</b> Matriz dos componentes rodados.....	p.62
<b>Tabela 8.</b> Variância Total Explicada.....	p.62
<b>Tabela 9.</b> Matriz dos Componentes Rodados.....	p.63
<b>Tabela 10.</b> Variância total explicada: Análise de componentes principais.....	p.65
<b>Tabela11.</b> Indicadores da consistência interna das subdimensão da Protecção Social	
<b>Tabela12.</b> Média e desvio-padrão de cada dimensão, na amostra: Portugal e Suécia.....	p.70
<b>Tabela 13.</b> Modelo de regressão das varáveis independentes, na variável satisfação com a vida, na amostra Portuguesa.....	p.74
<b>Tabela 14.</b> Modelo de regressão das variáveis independentes, na variável dependente, na amostra Sueca.....	p.76
<b>Tabela 15.</b> Modelo de regressão múltipla das variáveis independentes, na Satisfação com a vida, em Portugal e Suécia.....	p.78

## INTRODUÇÃO

A Satisfação com a vida é tida como uma componente do bem-estar subjectivo, e diz respeito ao grau em que cada indivíduo avalia a sua a vida em geral, em que medida se sente a prosperar, sendo desta forma uma auto-avaliação de felicidade (Diogo, 2003). São inúmeros os factores que contribuem para uma maior satisfação com a vida, desde factores objectivos (como, idade, género, estado civil, emprego, rendimento, habitação, saúde, educação, etc.) até factores subjectivos, como a percepção pessoal acerca dessas condições objectivas, que dependem do contexto cultural, social, político e económico em que cada indivíduo se encontra inserido (Seidl & Zannon, 2004).

Segundo Nata e Menezes (2010), a satisfação com a vida é maior nos países no Norte e Centro da Europa e relativamente mais baixa, na Federação Russa, Ucrânia, Bulgária e Portugal. De acordo com a Fundação Europeia (2004), as razões para estas heterogeneidades da satisfação com vida entre países, devem-se sobretudo às diferenças do sistema político, dos estilos de regime político-social e a consequente capacidade de providenciar níveis de protecção social aos seus cidadãos. De acordo Radcliff (2001), os países detentores de Modelos Político-Sociais democratas, como a Suécia, pela sua capacidade de promoção de bem-estar e protecção social alargada a todos os indivíduos, são os que obtêm maiores níveis de satisfação com a vida dos seus cidadãos, em detrimento dos países com Modelos Político-Sociais Conservadores, como em Portugal.

É neste âmbito, que as características dos diferentes Modelos Políticos-Sociais, (mais concretamente a satisfação com a actuação política, com as medidas de protecção social e respectiva sensação de segurança social que conseguem transmitir aos cidadãos), ganham importância para esta investigação. Trata-se de um estudo de carácter exploratório, que procura perceber em que medida é que a satisfação com a vida está relacionada com os modelos políticos sociais e respectivos esquemas de protecção social.

Quanto à estrutura do trabalho, este assenta na divisão de duas partes, a teórica e a empírica. A parte teórica subdivide-se em três capítulos: o primeiro destina-se esmiuçar o conceito “satisfação com vida”, a diferencia-lo dos demais “Qualidade de Vida” e “Bem-Estar”, que apesar de distintos, não raras as vezes, são tidos como

sinónimos na literatura; a entendê-lo como um conceito que pode ser abordado de forma geral, ou mediante factores específicos, assim como, os respectivos instrumentos de avaliação; o segundo dedica-se a expor os diferentes Modelos-Políticos-Sociais; a definir e a caracterizar cada modelo específico vigente em cada país alvo deste estudo, Portugal e Suécia, afunilando sobretudo para as características do sistema de protecção social e o mercado de trabalho; o terceiro e último capítulo versa sobre a relação e o impacto que os diferentes Modelos Político-Sociais têm na satisfação com a vida, em países com realidades político-sociais distintas, como Portugal e Suécia.

A segunda parte do trabalho, a parte empírica, destina-se à apresentação dos procedimentos metodológicos que suportam este estudo. Define-se o problema de estudo, as hipóteses e desenho de investigação, assim como a metodologia envolvida: desde os procedimentos e caracterização da amostra, aos instrumentos usados e consequentes tratamentos de dados que passaram pela criação das escalas, dimensões e subdimensões; análises descritivas comparativas e regressões múltiplas no sentido de apurar até que ponto as variáveis independentes, predizem a dependente. Termina com a descrição, discussão de resultados e limitações do trabalho.

---

**PARTE I**

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## CAPITULO 1

### SATISFAÇÃO COM A VIDA

Satisfação com a vida, Qualidade de vida, ou Bem-Estar, são noções comumente usadas como sinónimos na literatura científica. Não raras vezes, satisfação com a vida é descrita como sinónimo de “Bem-Estar pessoal” ou simplesmente “Felicidade” (Maia, 2006). A dificuldade em definir e distinguir Satisfação com a Vida da Qualidade de Vida e do “Bem-Estar”, de acordo com Leal (2008), deve-se à sua larga utilização tanto na linguagem do quotidiano como em termos académicos e políticos. A complexidade dos investigadores em encontrarem uma definição consensual, que delimite uma barreira teórica entre cada um destes conceitos, leva a que haja controvérsia na operacionalização dos mesmos (Dias, 2006).

No entanto, Fleck (2008) faz a distinção entre os referidos conceitos e considera que a Satisfação com a Vida é um indicador da Qualidade de Vida subjectiva, que por sua vez, faz parte de um constructo ainda mais abrangente: o Bem-Estar-Subjectivo. Para melhor perceber cada um destes conceitos, mais especificamente o da Satisfação com a Vida, vai-se proceder à descrição de cada um individualmente, começando por aquele que engloba na sua concepção os restantes - o Bem-estar subjectivo.

#### **1.1.Bem-Estar-Subjectivo**

O Bem-Estar Subjectivo (BES) é uma área da Psicologia que ultimamente tem recebido bastante atenção e apesar das dificuldades de concepção, é amplamente aceite tratar-se de uma variável, abrangente e complexa, tendo sido considerada pelos investigadores, simultaneamente um conceito e um campo de estudo (Giacomoni, 2004). De acordo com Galinha (2010), após alguma crise inicial quanto à sua definição, actualmente o conceito de Bem-estar-subjectivo parece ter sedimentado algum consenso entre os investigadores, acerca da sua composição por duas dimensões: uma Cognitiva, conceptualizada como um juízo avaliativo cognitivo, em termos globais ou específicos, da satisfação com a vida; e outra Afectiva, conceptualizada como sentimento de felicidade ou tristeza (afectos, positivo e negativo). Além destas duas dimensões, este conceito integra ainda, de forma parcial, outro grande conceito que partilha o campo de

estudo do BES, mas que simultaneamente transcende-o, a Qualidade de vida, que será abordado de seguida.

Deste modo, o Bem-estar-subjectivo é considerado uma área de estudo que alberga vários fenómenos e variáveis (idade, género, habilitações, traços de personalidade, suporte social, factores económicos/culturais, eventos de vida, julgamentos globais da satisfação com a vida, respostas emocionais), e de forma geral, procura traduzir, como e por que razões, as pessoas experienciam as suas vidas positivamente (Woyciekoski, Stenert & Hutz, 2012). Apesar de não se tratar de uma entidade unitária simples, por possuir múltiplas facetas tornando-o desta forma lato e complexo, existe consenso entre a maioria dos investigadores quanto ao entendimento do Bem-estar-subjectivo, de acordo com três características que lhe são inerentes e transversais às várias definições que possam existir: 1) subjectividade; o BES depende da experiência interna, pessoal, e subjectiva de cada indivíduo, 2) o BES obriga a prevalência de factores positivos sobre os negativos - o que não significa que não possam existir factores negativos, mas tem de existir predominância de afectos positivos sob os afectos negativos - e, por último, o BES inclui uma avaliação global positiva da vida em geral e não apenas a satisfação num determinado domínio (Diener, Emmons, Larsen & Griffins, 1985).

Além destas três características inerentes ao BES, existe ainda discordância e dificuldade quanto à sua definição e estrutura. Porém, de acordo com Albuquerque e Tróccoli (2004), a maioria dos investigadores definem o Bem-estar-subjectivo através de um modelo tripartido. Assim sendo, Diener e Oishi (1997); McCullough, Huebner e Laughlin (2000) e Sirgy (2002); entendem o BES como um estado afectivo duradouro, composto por três componentes interrelacionadas mas separadas: 1) Satisfação com a vida global (avaliação positiva da vida como um todo), 2) Afecto Positivo (frequência de emoções positivas, tais como, alegria, afeição, orgulho etc.), e 3) Afecto Negativo (frequência de emoções negativas, tais como, vergonha, culpa, tristeza, etc.). Deste modo, os referidos autores compreendem o bem-estar-subjectivo, como um elevado sentimento de bem-estar e satisfação com a vida (global ou em domínios), presença frequente de afecto positivo e relativa ausência de afecto negativo.

A preponderância do afecto positivo sobre o negativo, é referida de acordo com Diener (1996), como a balança hedónica do BES, sendo que o BES é tido como um factor de ordem superior em relação aos conceitos que engloba (Satisfação com a Vida (cognição) e Afecto (positivo e negativo)).

Apesar de vários autores, tentarem dividir o bem-estar subjectivo em duas componentes (cognitiva e afectiva), existem outros tais como Veenhoven (1996) que consideram que essa divisão é artificial pois existem evidências empíricas que mostram correlações entre estas duas dimensões, não existindo portanto uma separação entre ambas. A satisfação com a vida, de acordo com o mesmo autor, corresponde ao grau em que cada pessoa avalia a qualidade da sua vida, sendo uma auto-avaliação da felicidade.

Porém, tendo em conta que o presente trabalho assenta na avaliação subjectiva da Satisfação com a vida que é entendida como um indicador do Bem-Estar-Subjectivo e, como referido anteriormente, o facto de esta variável ser muitas vezes tida como sinónimo de Qualidade de Vida (Giacomoni, 2004), para efeitos de uma maior compreensão, iremos proceder à separação teórica da Satisfação com a vida com qualidade de vida, de modo a perceber os limites de cada, assim como a sua zona de intercepção (Maia, 2006).

## **1.2. Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida**

O termo “Qualidade”, em função da sua natureza abstracta, explica o porquê de ser confundido e tido como sinónimo de “bem-estar”, “felicidade”, “satisfação” entre outros significados e termos associados, constituído um termo de difícil definição e mensuração mesmo após inúmeros debates e tentativas de conceptualização (Leal, 2008). Apesar das dificuldades conceptuais, parece ser amplamente aceite entre a comunidade científica que o conceito Qualidade de Vida deve ser operacionalizado de acordo com duas características: Multidimensionalidade (constituído por vários factores/ condições de vida, tais como, saúde física, psicológica, nível de independência, relações sociais, meio ambiente, religião e crenças pessoais) (Kluthcovsky & Takayanagui, 2006), e Relatividade (deve ter em conta três referências, a cultura, a história e as classe social). A avaliação das condições de vida, além de depender de determinadas condições de vida (rendimento, estado civil, habitação, etc.), depende

também da cultura em que cada indivíduo se encontra inserido, da época temporal (o que hoje é valorizado e tido como “qualidade” numa determinada sociedade pode não ser o mesmo passados anos na mesma sociedade), e da classe social do mesmo, onde a ideia e os parâmetros da qualidade de vida relacionam-se com o que é tido e almejado em comparação às camadas superiores (Seidl & Zannon, 2004).

Além destas características do conceito “Qualidade de vida”, este, à semelhança da estrutura apresentada do BES, inclui também na sua estrutura dois componentes: um de ordem objectiva ou socioeconómica, e outro de ordem subjectiva ou psicológica (Bertoquini & Pais-Ribeiro, 2004). A componente objectiva (qualidade de vida presumida) representa a presença de condições consideradas necessárias para uma vida boa (rendimento, estado civil, habitação, etc.). Por sua vez, a componente subjectiva (qualidade de vida manifesta) remete para a experiência de viver essa vida. Ora, esta última componente (subjectiva) do conceito Qualidade de Vida, constitui o domínio cognitivo do bem-estar-subjectivo - a Satisfação com a Vida (Simões et al., 2000). É exactamente neste ponto (semelhança de componentes/estrutura do conceito “qualidade” com o BES), que consideramos advir a confusão e o uso de “Satisfação” e “Qualidade” de vida, como sinónimos na literatura. *“Podemos, então, concluir, que o conceito de Qualidade de vida partilha do campo de estudo do Bem-Estar-Subjectivo mas transcende-o.”* (Galinha, 2010, p. 31). Este campo de intersecção de conceitos, em que Satisfação com a Vida faz, simultaneamente, parte da Componente Subjectiva da “Qualidade de Vida”, e da Componente Cognitiva do BES, apesar de confuso fica, a nosso ver, delimitado. Neste sentido, e no âmbito da presente investigação, apenas nos interessa abordar a Qualidade de Vida Subjectiva (Satisfação com a Vida), enquanto dimensão Cognitiva do Bem-estar-subjectivo!

Assim sendo, a Satisfação com a Vida, de acordo Giacconi (2004) corresponde a um conceito mais específico, a um indicador da Qualidade de vida, pois indica em que medida a pessoa se sente a prosperar. Por outro lado, para Almeida, Gutierrez e Marques (2012), a Satisfação com a Vida diz respeito à medida que cada pessoa avalia/julga a Satisfação com a sua vida, quando pensa em todos os aspectos/ condições da sua vida e os compara com padrões que o próprio tem como adequados. Desta forma, quanto menor a discrepância entre as realizações conseguidas na vida e o padrão de

referência que cada sujeito estabelece para si, maior será a Satisfação com a Vida (Diener, 1984).

Essa auto-avaliação subjectiva que cada indivíduo procede quando reflecte sobre a sua vida, pode ser global ou em domínios específicos. Desta forma, o referido conceito (Satisfação com a Vida também) também é alvo de uma outra delimitação, podendo-se avaliar a Satisfação com a Vida de forma geral – Satisfação com a Vida Global- ou então, de forma focada em determinados aspectos/domínios - Satisfação com a Vida em Domínios específicos (Diogo, 2003; Galinha, 2010).

### **1.3. Satisfação com a Vida Global e em Domínios**

A Satisfação com a Vida Global é uma variável de carácter individual, que corresponde ao grau em que cada pessoa avalia positivamente a sua vida, quando perspectiva a vida de forma geral e a compara com as expectativas pessoais (Marques, País-Ribeiro & Lopez, 2008). A Satisfação com a Vida em Domínios específicos cumpre outros critérios, sendo mais específica do que a Satisfação com a Vida Global (Machado, Basso, Margarida & Moritz, 2007). Enquanto a Satisfação com a Vida Global pode ser acedida em termos globais através de questões individuais e directivas, como por exemplo “ *Se pensar de forma geral na sua vida, como avalia?*”, já a Satisfação com a Vida em Domínios, implica que se especifique áreas, como por exemplo, a familiar, a conjugal, a profissional, dando origem a perguntas mais específicas, “*Quanto diria estar satisfeito com o seu posto de trabalho*” (Giacomoni, 2004).

Relativamente à estrutura factorial dos domínios da Satisfação com a Vida, estes variam mediante os estudos realizados. Contudo, é possível reconhecer um conjunto de domínios comuns: família, amigos, escola, autoconceito, relações íntimas, vida social, finanças, estatuto financeiro, saúde mental/física, segurança, etc. (Galinha, 2010; Giacomoni, 2004). De acordo com Lewin (1951, cit. In, Galinha, 2010) cada domínio reflecte a interpretação de um conjunto de experiências pessoais, sendo que essas experiências estão organizadas de acordo com uma hierarquia global. No topo da hierarquia situam-se sentimentos globais relativamente à vida em geral e abaixo, domínios mais específicos (como, trabalho, família, saúde etc.), podendo desta forma

existir um domínio com sentimentos positivos (e.g. o domínio da família), e outro, com sentimentos negativos (e.g. o domínio do trabalho). A importância que cada domínio tem relativamente a outro depende da relevância e esforço que cada pessoa investiu em cada um em particular. No topo, situa-se o domínio que a pessoa mais investiu a nível emocional. Por exemplo, para um sujeito o domínio da vida familiar pode ser o mais importante e por isso ser o domínio hierarquicamente superior, ao passo que para outro indivíduo, o domínio mais importante pode ser o profissional. Nesse caso, esse domínio será o que ocupa o lugar central na sua hierarquia (Galinha, 2010). É ainda de referir que a Satisfação com a Vida em Domínios, além de atender e depender da importância que cada pessoa atribui a um domínio específico, depende também do ciclo da vida, do género, da sociedade/cultura, entre outros factores, que cada pessoa se depara no momento da avaliação (Diogo, 2003).

#### **1.4. Instrumentos de avaliação: Satisfação com a Vida e BES**

Não faz parte dos objectivos do presente estudo a descrição exaustiva de instrumentos de avaliação da satisfação com a vida e BES, por se tratar de um estudo de carácter exploratório realizado com base no “*European Social Survey*”, cuja descrição e explicação terá lugar na parte empírica. Assim, será feita uma breve alusão a alguns instrumentos de avaliação acerca do bem-estar subjectivo e da satisfação com a Vida, para aprofundar o nosso entendimento do conceito designadamente, ao nível da sua operacionalização.

De acordo com Diener (2000), existem várias formas para avaliar o bem-estar subjectivo, sendo que actualmente estão à disposição inúmeros instrumentos que permitem aceder aos componentes do BES juntos, ou então, apenas à componente cognitiva e/ou afectiva, de forma separada. Seidl e Zannon (2004), consideram que a forma mais usada para medir a Satisfação com a Vida ou o BES é através de medidas de auto-relato, em que cada indivíduo procede à sua própria avaliação quanto à sua satisfação com a vida em geral, ou em domínios, ou então a frequência do seu afecto positivo ou frequência do afecto negativo. Porém, existem outras formas para avaliar a Satisfação com a vida ou o bem-estar subjectivo. Segundo Giacomoni (2004), medidas que se propõem avaliar o bem-estar subjectivo, incluem medidas que abordam a satisfação com a vida e com a felicidade. Por exemplo, um instrumento deste tipo é o

Index de bem-estar (de Campbell, Converse e Rodgers, 1976), que é composto por 8 indicadores sobre o afecto (felicidade) e por uma medida da escala de item único que procura avaliar a satisfação com a vida com itens como “*Quão satisfeito está, com a sua vida como um todo?*”, com resposta de likert de 1 a 7, de forma crescente. Posteriormente, e de forma a possibilitar estudos transculturais, assim como uma distribuição menos enviesada por não depender de palavras ou de uma língua específica, foram desenvolvidas escalas gráficas<sup>1</sup>, tais como a “Escala da Escada” desenvolvida por Cantril (1967), constituída pela figura de uma escada composta por 10 degraus, onde o indivíduo é questionado a marcar entre o melhor e o pior estado que se encontra. Uma outra forma de medição é a “Escala de Faces”, de Andrews e Withney (1976), composta por sete expressões faciais, que variam de muito positivo a muito negativo, e são apresentadas ao respondente através de um cartão impresso, seguido de questões sobre qual das expressões apresentadas era mais próxima do que o respondente está a sentir relativamente à sua vida (e.g. “*Qual é a cara que mais se aproxima de expressar o que sente sobre a sua vida como um todo?*”). Um outro instrumento de escalas gráficas, desenvolvido também pelos mesmos autores, é a denominada “Escala do Encantando-Terrível”, formada apenas por 1 item, com uma escala do tipo de likert de 7 pontos, com um indicador de sentimentos sobre a vida no momento actual, ilustrada por adjectivos que se estendem desde o “terrível” até ao “encantado” (Galinha, 2010).

Tal como referido anteriormente, a Satisfação com a Vida pode ser acedida de forma geral/global, ou através de domínios mais específicos. Desta forma, além de existir uma variância entre instrumentos de apenas 1 item, ou de escalas gráficas, existem também instrumentos que focam a Satisfação com a Vida de forma Geral, ou então, apenas a determinados Domínios. Aceder ao conceito de forma Global pode ser útil para identificar a tendência nos indivíduos para obterem níveis de satisfação semelhantes. Centrar a avaliação em Domínios mais específicos, pode ser vantajoso no sentido de compreender quais o/os domínio/s que mais impacto tem na Satisfação com a Vida Global (Seidl & Zannon, 2004).

---

<sup>1</sup> Apesar de todas as vantagens deste tipo de escalas gráficas, existem críticas quanto à falta de dados de confiabilidade e índices de consistência interna que não podem ser obtidos (Galinha 2010; Giacomoni, 2004).

De acordo com Albuquerque, Sousa e Martins (2010), uma medida bastante usada para medir a Satisfação com a Vida Global, é o item utilizado pelo European Social Survey (questionário usado para este estudo) – “*Quão satisfeito ou insatisfeito está com a sua vida como um todo?*”. Outra medida é a “A Escala de Satisfação com a Vida (SWLS)” elaborada por Diener, Emons, Larsen e Griffin (1985) a partir de um conjunto de 5 itens, com uma escala de resposta de Likert de 7 pontos de forma crescente, que questiona o indivíduo sobre a satisfação com a vida em geral, se está próximo do seu ideal, se atinge os seus objectivos, etc. Segundo Pais-Ribeiro (2012) uma outra medida clássica é a “Satisfação global com a vida”, sendo uma medida utilizada no “World Values Survey” desenvolvida por Andrews e Withey (1976). A escala é considerada uma referência, sendo constituída apenas por um item: “*Acerca da sua vida pessoal e das suas condições, qual o seu grau de satisfação com a sua vida em geral?*”. A resposta é dada numa escala análoga de 10 posições limitada por dois extremos: “*Totalmente Insatisfeito*” e “*Totalmente Satisfeito*”. Outra escala que pretende avaliar a Satisfação com a Vida de forma Geral ou a determinados Domínios é o “Índice de Bem-Estar Pessoal” desenvolvido por Cummins (1998) e adaptado a português por Pais-Ribeiro e Cummins (2008). O índice engloba uma questão sobre a satisfação com a vida em geral e 7 domínios específicos (nível de vida, saúde, realização pessoal, relações pessoais, sentimento de segurança, ligação à comunidade e segurança com o futuro). Estes 7 domínios, além de pretenderem desconstruir um primeiro nível da avaliação geral da satisfação com a vida, que corresponde logo ao primeiro item do índice (item que aborda a satisfação com a vida em geral), pretendem e permitem também, avaliar a satisfação com a vida em cada domínio específico.

Como referido anteriormente, as medidas que se propõem avaliar a Satisfação com a Vida em Domínios Específicos abordam dimensões específicas dentro de cada domínio (como, trabalho, a vida familiar, a saúde, o rendimento, o tempo de lazer, a vizinhança), e são importantes no sentido de perceber quais os que mais contribuem para a Satisfação com a Vida Global. Como exemplos deste tipo de medidas, existe o “Quality of Life Index” (Ferrans & Powers, 1985), e o “Quality of Life Inventory” (Frish, Cornell, Villanueva & Retzlaff, 1992), que questionam sobre satisfação e importância atribuída a um conjunto de domínios de vida específicos (conjugal, amigos, condições de vida, saúde, trabalho, lazer) (Galinha, 2010).

Além destes instrumentos para avaliar a Satisfação com a Vida e/ou o BES, Giacomoni (2004) considera relevante abordar outros métodos, tais como a medição das reacções a estímulos emocionais ambíguos e registo de lembranças de eventos bons/maus, frequência de sorrisos, habilidade de lembrar eventos positivos ou negativos. Adicionalmente o autor sugere, recorrer a relatos de familiares e amigos sobre níveis de satisfação e felicidade da pessoa, e recorrer a medidas fisiológicas, tais como, medidas de cortisol salivar e medidas electrofisiológicas, obtidas, por exemplo, através de electroencefalografias.

Estudar o que torna as pessoas mais satisfeitas com a vida pode servir de inúmeros propósitos, tais como, medir e comparar as variações da Satisfação com a Vida entre países, identificar quais os problemas sociais atuais, de forma a recomendar medidas de intervenção política específicas, identificar quais as condições de vida que mais impacto têm na satisfação com a vida e alargar essas condições ao maior número de pessoas possível. É desta forma, que estudar a Satisfação com vida torna-se importante para este estudo de carácter exploratório, que como anteriormente mencionado, procura conhecer a relação da satisfação com a vida, com variáveis relacionadas com a esfera política e respectivas medidas de protecção social.

Porém, tal como é possível ver ao longo do capítulo, existem autores que procuram dividir o BES em dois componentes, a satisfação com a vida e a felicidade, enquanto outros, defendem que essa divisão é mais teórica do que prática pois existem validações empíricas que mostram forte correlação entre ambos (Veenhoven, 1996). É então importante referir que para efeitos desta tese, a nossa posição enquanto investigadores centrou-se em não separar ambos os conceitos - satisfação com a vida e felicidade. Doravante quando nos referimos a “satisfação com a vida”, estará implícito o conceito geral que remete para uma percepção positiva geral com a vida, que engloba também a felicidade. Veremos na parte empírica que a relação entre os itens que procuram avaliar a satisfação e a felicidade com a vida estão bastante correlacionados, tendo sido fulcral para a nossa postura acerca da não divisão destes componentes. Salvaguardado isto, o próximo passo consistirá em abordar os diferentes modelos Político-Sociais existentes, especificando o caso concreto de Portugal e Suécia, por serem os países destacados neste estudo.

## **CAPÍTULO 2**

### **MODELOS POLÍTICO - SOCIAIS: PORTUGAL E SUÉCIA**

Ao longo deste capítulo, ocupar-nos-emos de retratar o Modelo Político-Social vigente em Portugal em comparação com o “Modelo Sueco”, como é ideologicamente conhecido. De acordo com Baltazar (2004), só se pode estabelecer comparações acerca da qualidade/satisfação com a vida entre países, quando as referentes políticas sociais são discutidas. Neste sentido, fez-se necessário descrever separadamente cada modelo político-social, assim como as respectivas políticas sociais, para posteriormente se fazer a ponte entre as diferenças de percepção de Satisfação com a vida nos respectivos países.

Antes de descrever cada Modelo Político Social é importante referir que apesar de bastante distintos quanto à sua estrutura e funcionamento, ambos os países partilham da ideologia de “Estado-Providência” ou “Estado-Social” e para melhor atender às suas diferenças, torna-se necessário antes de mais definir: 1º Estado-Providência e 2º Os diferentes modelos de Estado-Providência propostos por Esping-Andersen (1990).

#### **2.1. Estados Providência: Modelos**

O Estado-providência ou Estado social é segundo Santos (2012), o resultado de um compromisso entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital após um período histórico marcado por guerras destrutivas, lutas sociais violentas e crises económicas graves. No Estado providência ou Estado-Social existe uma profunda preocupação social, reclama-se a intervenção profunda e condicionante do Estado sobre o funcionamento e bem-estar da sociedade, cabendo ao Estado a gestão e articulação estável entre o desenvolvimento económico e protecção social. Para Varela (2013), Estado-providência é entendido como um sistema de organização política que objectiva prover o bem-estar social, a protecção dos seus cidadãos, numa perspectiva de equidade, integração, justiça e solidariedade social através de uma redistribuição de rendimentos colectivos. Neste Modelo, o Estado é tido como modelador e controlador da vida económica e social, como produtor de bens, empresário, agente de crédito, organizador de serviços públicos, promotor da modernização, sem no entanto comprometer a justiça social (Caeiro, 2008).

Quanto aos diferentes modelos de estado-providência, Esping-Anderson (1990), defende que os regimes do bem-estar das sociedades avançadas, conhecidos por “welfare” partilham algumas características/indicadores comuns, podendo ser agrupados em três categorias/modelos de estado-providência: Social-democrata; liberal e corporativo.

O modelo Social-democrata ou Escandinavo (e.g.<sup>2</sup>. Suécia, Alemanha, Finlândia, Noruega) define-se por ser um sistema universalista e inclusivo com base na definição de direitos sociais para todos os cidadãos, independentemente do seu status profissional, em que a todos é garantido um sistema de protecção social numa base igualitária. Procura a garantia de condições de vida mínimas a todos os cidadãos através da redistribuição equitativa das oportunidades e redistribuição de níveis importantes de rendimento. É dada a ênfase na provisão de serviços públicos, mais que na transferência directa de rendimentos. É um tipo de compromisso que se sobrepõe politicamente ao mercado que tem de ser ajustado quando se considera que o seu funcionamento afecta os direitos dos cidadãos. O Modelo Liberal ou Anglo-saxónico (e.g. EUA, Canadá e Austrália) caracteriza-se por uma intervenção mínima do Estado na economia, que se restringe a encorajar o mercado de duas formas: uma passiva, em que o estado garante o mínimo, presta assistência apenas em caso de necessidade, aos comprovadamente pobres; e outra activa, em que o Estado subsidia esquemas privados de previdência, Neste modelo, o Estado é menos desmercadorizante, o mais restritivo no reconhecimento de direitos com reduzidos benefícios sociais, modestos planos de previdência social. Em suma, os Estado abstêm-se, o mais possível, de toda a intervenção na esfera social e económica, sendo que a política social serve apenas para proteger os mais desfavorecidos. Por último, O modelo Conservador ou Continental (e.g. Portugal, Espanha, Itália e Grécia) caracteriza-se pela forte prevalência da Família, Igreja. O sistema é menos redistributivo, os direitos estão associados à classe e ao status profissional, sendo que os benefícios sociais estão dependentes do desempenho profissional, e dos rendimentos alcançados ao longo da vida contributiva. Não se acredita tanto no mercado (sistemas privados), apela-se antes ao papel das organizações

---

<sup>2</sup> Optou-se por mencionar apenas alguns exemplos de países detentores de cada modelo político-social, visto não ter sido encontrada congruência na literatura acerca de que países, ao certo, fazem parte de cada um modelo político-social.

de grupo (comunitárias, mutualistas, igreja, etc.). O que significa que o sistema de protecção social advém antes das organizações e instituições privadas, em vez do Estado ou do Mercado. Existe assim uma maior ênfase na transferência de rendimentos do que na provisão de serviços públicos, que por sua vez caracterizam-se por serem subdesenvolvidos.

Estes três modelos de “welfare” resultam da combinação de conceitos como: Desmercadorização, Políticas Sociais e Cidadania Social. Desmercadorização remete para a possibilidade dos indivíduos ou famílias conseguirem manter um nível de vida socialmente aceite independentemente de participarem no mercado. Esta ocorre quando a prestação de um serviço é vista como um direito, sendo que as necessidades do indivíduo deixam de ser providas pelo mercado e passam a ser pelo Estado (Santos, 2012). As Políticas sociais, vistas como a forma directa do Estado intervir e aproximar-se da sociedade promovendo o seu bem-estar, interessam pela forma como influenciam o mercado de trabalho e as estruturas sociais que dele advêm (Esping-Andersen, 1990). Por sua vez, a cidadania social é tida como um conjunto de direitos e deveres, que advêm da sociedade em que cada indivíduo se encontra inserido, compreendidos entre, direitos políticos, civis, e sociais (Lolis, 1999).

É desta forma que Esping-Andersen (1990) agrupa os Países em três modelos, usando estes três princípios teóricos que funcionam enquanto indicadores/ agregadores, que procuram perceber os efeitos da cidadania social e o seu impacto na posição que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho, assim como o sistema de estratificação social que daí resulta e a relação que se estabelece entre Estado, Mercado e Família na provisão social. De acordo com a sua linha de raciocínio, o que permite distinguir estes três modelos é, além da capacidade do Estado “desmercadorizar” os cidadãos, o enfoque que dá à providência do bem-estar, ao seu financiamento e ao tipo de transferências que se reflectem sobretudo nas políticas sociais, assim como na posterior qualidade e satisfação com a vida que permite à sociedade em questão (Alexandre & Martins, 2009).

## 2.2. Modelo Político Social Português

Tal como visto anteriormente, de acordo com o quadro de análise de Esping-Andersen acerca da tipologia de modelos políticos sociais existentes, o modelo político social português enquadra-se no Modelo continental (ou conservador), com forte carácter familiarista (Alexandre & Martins, 2009; Mozzicafreddo, 1992). Porém, para melhor se perceber os contornos atuais do referido modelo, Novais (2006) sugere a abordagem de dois condicionantes que influenciam a forma política social estabelecida: 1) tipo de organização do governo, as características da sociedade e a disponibilidade de recursos financeiros aquando a aplicação de determinado modelo político e, 2) atender à conjectura económica internacional, pois influencia o sucesso das políticas implementadas.

Neste sentido, Mozzicafreddo (1992) considera que a instituição do Estado-Providência em Portugal deu-se relativamente tarde, comparativamente aos restantes Países da Europa, e num ambiente de revolução política e social com a queda da ditadura do Estado-Novo. De acordo com Varela (2013) o ambiente político, social e económico por esta altura era degradante, não só pelo ciclo de crises económicas que se vivia na Europa trazendo inflação e agitação política e social, como no caso específico de Portugal, a agricultura era pouco produtiva, as indústrias encontravam-se num crescimento lento, o comércio deficitário, os impostos bastante altos, assim como elevado desemprego e baixos salários. Além disto, a sociedade portuguesa detinha grandes níveis de iliteracia resultante da ditadura do Estado-Novo, que via na ignorância académica uma forma de conter ideias revolucionárias (Cabral, 1997). Todos estes condicionantes, na opinião dos referidos autores, exigem do poder político respostas articuladas e eficazes de regulação social, para que o modelo político em questão pudesse ser bem-sucedido. Porém, a falta de organização política e social, tornaram Portugal num dos países mais atrasados da Europa, assim como detentor de um modelo Político híbrido e distinto dos restantes países, com políticas públicas mais selectivas do que universais, reconhecidas por serem fragmentadas e sectoriais afectando, indubitavelmente as condições e, conseqüentemente, a satisfação com a vida dos seus cidadãos (Pereirinha & Carolo, 2006).

Em termos estruturais e institucionais, Mozzicafreddo (1992) entende que desenvolvimento do Estado Providência, em Portugal, tentou pautar-se através do modelo “Universalista”. Não obstante, a tendência recaiu mais no modelo instrumental selectivo. O que de acordo com o referido autor, quer significar que o processo de estruturação do modelo assentou na implementação de políticas sociais, mecanismos de regulação da esfera económica e políticas de concertação social pouco estruturadas, tendo um carácter compensatório, selectivo e descontínuo, tendo sido essencialmente equacionadas como resposta às necessidades imediatas dos cidadãos. Adão e Silva (2002) partilha da mesma opinião, ao considerar que as políticas sociais foram o “pau de dois bicos” usados pelos regimes autoritários como forma de abrandar a mobilização dos movimentos operários e aumentar a lealdade dos funcionários públicos a um Estado central. Uma segunda fundação ideológica, tendo em linha de argumentação o referido autor, prende-se com a doutrina social do catolicismo através da importância atribuída à igreja, ao papel tradicional da família e à comunidade. Nesta lógica, as formas de solidariedade social (que garantem o bem-estar), estão a mercê destas instituições e não do Estado, sendo o principal objectivo das políticas sociais, a manutenção de formas preexistentes de solidariedade, abafar os riscos de uma sociedade industrial e preservar a coesão social através da subsidiariedade. Neste sentido, de acordo Alexandre e Martins (2009), as políticas sociais aplicadas em Portugal implicam, 1º) Que o Estado não trate de forma igualitária todos os indivíduos e grupos sociais, sendo que todas as políticas (quer de garantia de rendimentos, quer de saúde), estão inevitavelmente relacionados com o estatuto do agregado familiar e da sua posição no mercado de trabalho; 2º) o Estado mantenha renitência da sociedade em delegar poder ao Estado, recorrendo a este apenas no caso das instituições se mostrarem inábeis.

São estas características de forte crença e responsabilização da família pelo cuidado, assim como a necessidade de se pertencer a um agregado familiar para aceder a benefícios, que catalogam o Modelo Político Social Português como Familiarista. Por outro lado, o facto da doutrina da Igreja católica ser bastante norteadora na criação das políticas de assistência social, assim como das políticas de família numa tentativa de manter e apoiar o modelo de “família patriarcal”, acrescentam a característica de “conservadorismo” ao Modelo Político Português. Porém, seguindo a lógica do Esping-Andersen (1990), para melhor se atender à previsão do bem-estar num determinado país

é necessário compreender a interação dinâmica entre os três mecanismos produtores de bem-estar: Protecção Social, Mercado de Trabalho e os Agregados Familiares. Segue-se desta forma, a caracterização de cada um destes mecanismos no caso específico de Portugal.

### **2.2.1. Protecção Social**

Rodrigues (2010) considera que o sistema de protecção social em Portugal, caracteriza-se por um conjunto de especificidades que o distingue dos restantes países europeus. Apesar de com a Constituição de 1976 se identificarem melhorias a nível da protecção social que passou a ser universal (baseada no pressuposto que toda a população é coberta pelo regime contributivo e não-contributivo ou pela acção social, de ser reconhecido o direito à segurança e à protecção social, assim como, a importância dos Sindicatos e das Instituições de Solidariedade social enquanto parceiros de acção social), importa referir que Portugal continua a ser o segundo país da união europeia com menor índice de despesas ao nível da Protecção Social. Segundo dados do Observatório das desigualdades (2013), Suécia, França e Dinamarca, são os países da UE que mais despendem com a protecção social, ao contrário de Portugal que apresenta para este indicador valores abaixo da média, ou seja, Portugal gasta apenas 5,5% das despesas totais em protecção social, enquanto nos restantes países da EU o valor médio desse indicador é de 8,3%. Portugal detém desta forma, uma cobertura insuficiente de serviços de apoio à família e à comunidade, estando ainda distante das necessidades (Rodrigues, 2010).

De acordo com Ferreira (2009), a generalidade dos serviços sociais são fornecidos por organizações de solidariedade e apesar da maioria dos serviços das IPSS destinarem-se a serviços de apoio à família, de forma a integrá-las no mercado de trabalho, a oferta destes serviços é ainda insuficiente. Alexandre e Martins (2009), nomeiam, como exemplo de falta de serviços de apoio à comunidade, a taxa de cobertura de creches da rede pública que está aquém das carências Portuguesas. A falha deste serviço leva à necessidade e obrigatoriedade de integrar crianças, que não tiveram vaga no sistema público, no sistema privado ou em sistemas informais sem garantias de qualidade (como Amas, ou cuidadoras sem formação que prestam esse serviço em casa) encarregando as famílias de todas as expensas, sujeitando-as aos preços aplicados. O

mesmo se verifica no pré-escolar e no ensino básico, em que as actividades de períodos não-lectivos têm de ser organizadas e suportadas pelas famílias, tais como, o fornecimento de refeições, o apoio ao estudo e as actividades de férias. Um outro défice verificado na área dos serviços sociais, de acordo com mesmos autores, respeita o apoio à população idosa. Ao nível de lares, centro de dia ou apoio domiciliário, os equipamentos são frágeis, quer a nível público ou privado.

Esta lacuna da protecção social, de acordo Santos (1999), é compensada pelo que denomina de “Sociedade-Providência”, bem como pelo papel tradicional da família. Por “Sociedade-Providência”, o autor entende um conjunto de redes de entreajuda mútua, baseada em laços de parentesco e vizinhança aos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil. Na sua perspectiva, esta é uma forma do Estado se desresponsabilizar da ausência da intervenção estatal nos domínios sociais. A falta de creches ou lares é assim compensada pela atribuição que se faz ao papel da Mulher-mãe,<sup>3</sup> Mulher-avó, Mulher-cuidadora, que de acordo com o INE (2013), é a principal responsável pela prestação de serviços e cuidados a menores e idosos, em Portugal.

Uma outra característica do modelo de protecção social Português, de acordo com Adão e Silva (2002), prende-se com esquema de protecção dualista baseado nos esquemas Bismarckianos, isto é, existe uma superprotecção dos sectores centrais de força de trabalho e, concomitantemente, níveis rudimentares de protecção a determinados sectores da população. É um sistema que se caracteriza por assentar na situação de emprego, na comprovação de contribuições e rendimento. Apesar do sistema português de protecção social usufruir da ideologia “Modelo Universalista de Acção Social” para grupos não abrangidos com as contribuições de trabalho, na prática só beneficia de protecção quem for detentor de rendimentos provenientes de emprego e da posição no mercado de trabalho, sendo o desequilíbrio dessas transferências sociais, na opinião de Alexandre e Martins (2009) a grande lacuna do modelo.

Araújo (2008) considera que o estado-providência Português é incapaz de garantir níveis razoáveis de bem-estar, sobretudo quando postos lado a lado com os

---

<sup>3</sup> De acordo com INE (2013), 64,4 % dos prestadores de cuidado em Portugal, são mulheres, sendo os principais agentes de prestação de serviços de cuidados a menores e idosos.

restantes países na união europeia, estando Portugal entre os países com maiores níveis de pobreza. De acordo com Rodrigues (2010), este modelo de protecção social não previne a pobreza, apenas atua já em situação de “urgência”, numa lógica de assistencialismo, ou “protecção assistencialista”, que serve sobretudo para reproduzir a pobreza, uma vez que as instituições assistenciais mobilizam recursos económicos mas não valorizam a mobilização dos mecanismos de poder e não permitem “mobilismo social” – mobilizar para uma situação social mais privilegiada. Este tipo de dinâmica da protecção social conduz a outro paradigma que o autor refere de “cultura da pobreza”, sendo um ciclo vicioso e impeditivo de reinserção, reproduzindo desigualdades sociais multiplicadas.

### **2.2.2. Mercado de Trabalho e Família**

De acordo com Adão e Silva (2002), o mercado de trabalho português define-se por uma cultura política do papel tradicional na Família, sendo considerado de acordo com dois estereótipos: a Mulher é tida como “cuidadora” e por isso menos disponível para trabalhar (fora de casa), devido às responsabilidades familiares que advêm da tradição ideológica da família patriarca, assim como, menos capaz de exercer cargos de autoridade. O Homem, por sua vez, é tido como o “Ganha-pão”, o mais apto a exercer cargos de chefia e autoridade, mais orientado para a carreira profissional, menos responsabilizado pelos cuidados à família e, portanto total disponibilidade temporal para estar presente no mercado de trabalho.

Estes estereótipos conduzem a consequências que afectam a tipologia do mercado de trabalho Português, que de acordo Alexandre e Martins (2009), caracteriza-se por ser fortemente genderizado e com carreiras profissionais assentes, no que denominam, de “Gender Gap Remuneratório”. O que quer dizer, que o acesso a determinadas ocupações laborais está dependente do género - genderização nas ocupações – afectando particularmente as mulheres, cujos sectores de integração são sobretudo nos sectores mais precários no mercado de trabalho, com contractos de trabalho a prazo, auto-emprego em pequenas empresas com baixos salários, menor segurança e flexibilidade de horários, relativamente aos Homens. É esta segregação de géneros ao nível das ocupações profissionais que corresponde ao referido “ Gender gap remuneratório”, definido exactamente, por ser um espectro mais limitado de ocupações

profissionais, que se reflecte numa maior dificuldades das mulheres acederem a cargos de autoridade e tendência para ocupar funções menos valorizadas e mais mal remuneradas, assim como, maior vulnerabilidades em termos de vínculos laborais e formas flexíveis de trabalho (como trabalho parcial de forma a conciliarem: emprego e cuidado familiar), apesar de cada vez mais escolarizadas, comparativamente aos Homens. A confirmar, dados do INE (2013) revelam que apenas 4,3% das mulheres, contra 6,2 % da população em geral, ocupam profissões como, representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos, conduzindo ao que Poeschl (2010) considera de “Feminização da pobreza”.

Estas características, de forte segregação em função do género, do mercado de trabalho português, juntamente com outra particularidade, a cada vez maior entrada da mulher no mundo laboral, catalogando Portugal como um dos Países da União Europeia com mais elevada participação feminina, leva a que falhas no modelo político social português sejam evidenciadas, tais como: falta de políticas sociais integradoras que reflectam este novo modelo de organização familiar (Mulher cada vez presente no mercado) e que permitam a não discriminação em torno do género; a já referida fragilidade de rede de serviços públicos (creches, lares, centros de dia), de forma a libertar a mulher - tida como cuidadora e provedora do bem-estar - para estar mais disponível e presente no mercado de trabalho, sem que isso constituía uma despesa acrescida no orçamento familiar, por ter de pagar esses serviços de responsabilidade de cuidado no privado; e por ultimo, políticas de apoio/conciliação entre tarefas profissionais e domesticas, visto Portugal ser um dos Países da União Europeia, com maior desigualdade na repartição de tarefas domésticas, entre homens e mulheres, onde são estas últimas quem mais sobrecarregadas estão com o trabalho doméstico (Rodrigues, Barroso & Caetano, 2010).

Além destas características do mercado de trabalho, de acordo com Estanque e Mendes (1998) existe outra importante a indicar, a desresponsabilização do Estado na área do trabalho levando, entre outras consequências, à vulnerabilização e multiplicação de precaridade e desrespeito pelos direitos laborais. Esta desresponsabilização segundo Estanque (2009), traz como efeito um desequilíbrio na forma de integração laboral em Portugal, que se caracteriza sobretudo de duas formas: integração incerta (instabilidade

no emprego) e integração desqualificante (instabilidade no emprego, precaridade e insatisfação). Assim como, incapacidade de se estabelecer um vínculo profissional (aumento trabalho temporário) e exploração dos trabalhadores (Rodrigues, 2010). Estas particularidades segundo Ferreira (2009), correspondem à “Nova Pobreza”, que diz respeito ao grupo de trabalhadores pobres associados ao trabalho precário. Na sua opinião, este é o maior indicador para avaliar o mercado de trabalho de um determinado País, sendo que em Portugal existem cerca de 10% de trabalhadores Pobres.

O Modelo Político Social Português ao incidir na família uma grande responsabilidade no papel do cuidado e provisão do bem-estar na sociedade, sobretudo o papel da mulher “principal cuidadora” conduz a uma debilidade do modelo pois não se adequa à evolução que o País atravessou - entrada da mulher no mercado de trabalho e a alteração da estrutura familiar (cada vez mais famílias monoparentais) - levando à necessidade de atender o modelo estado providência de acordo com as estas novas alterações de relações sociais de género (Orloff, 1996). Neste tipo de Países onde vigora o referido modelo, é notória a fragilidade da mulher- cuidadora- sobretudo de estiver fora do mercado de trabalho pois é-lhe dificultado o acesso a benefícios sociais, assim como a trabalho que lhe permita conciliar as responsabilidades familiares e laborais. O que conduz, entre outras consequências ao que Poeschl (2010) e Garcia (2013) denominam de “feminização da pobreza”. Evidencia-se assim, a necessidade de políticas sociais que reflectam este novo modelo de organização familiar e que permitam a não discriminação em torno do género. Políticas que equacionem as especificidades das mulheres e homens de forma a permitir a inclusão social, a equidade e justiça social no domínio do trabalho, o que requer a disponibilização de novos serviços e o alargamento de equipamentos de apoio social, que possibilitem a participação das mulheres no mercado de trabalho e os homens na vida familiar. Políticas estas que posteriormente se reflectiram no domínio da protecção social contribuindo para um desenvolvimento sustentável e qualidade e satisfação com a vida das famílias. (Alexandre & Martins 2009; Esping Andersen, 1990).

### **2.3. Modelo Político-Social Sueco**

Até ao final do século XIX a Suécia foi essencialmente um País agrário e pobre. No entanto, devido à consolidação industrial por meio de empresas especialmente

ligadas a engenharia metal-mecânica, o País ao longo do século XX conheceu um rápido desenvolvimento socioeconómico. O actual modelo político sueco, começou a delinear as suas características desde 1930 com ascensão do Partido Social Democrata (PSD) e consolidou-se em meados da década de 1950 (Sanandaji, 2012).

Politicamente, a estrutura governamental Sueca obedece ainda a uma Monarquia Constitucional com um governo parlamentar, sendo o Rei o chefe de Estado, desempenhando uma mera função formal e o primeiro-ministro, o chefe do governo. O rei não exerce o poder político nem tem poder de veto, é o representante do País como um todo e nessa qualidade exerce funções principalmente cerimoniais assim como preside às reuniões do Conselho Consultivo dos Assuntos Externos

O resultado da introdução de um conjunto de políticas socioeconómicas promovidas pelo Estado, caracterizadas por uma política social activa e um amplo “welfare state” universal, assim como uma economia aberta ao comércio exterior, levam a que vários economistas e políticos o denominem como “Modelo Económico Sueco” ou apenas, “Modelo Sueco” (Ruin, 1990). Neste contexto ideológico do modelo político sueco, as políticas sociais almejam garantir um nível de qualidade de vida básico para todos os cidadãos, enquanto as políticas económicas focam-se no mercado de trabalho e na política fiscal com o principal objectivo de atingir o pleno emprego, o crescimento económico e estabilidade de preços (Ruin, 1990; Viana & Cunha, 2008).

De entre os seus objectivos, há dois fundamentais na sua ambição e realização política: 1) a garantia do bom funcionamento do mercado de trabalho pautado pela igualdade de oportunidades e 2) a defesa dos direitos dos cidadãos na saúde, educação e alimentação, sendo que o Modelo (Social-Democrata) de Estado providência sueco conta nos seus propostos com um elevado nível de protecção social, assente na cobertura universal e na solidariedade; por baixas taxas de desemprego; por um mercado de trabalho pautado por acordos colectivos e taxas de crescimento da economia relativamente elevados (Viana & Cunha, 2008).

O Estado-providência sueco é assim tradicionalmente caracterizado por capacitar a independência e autonomia individual e não a dependência familiar. Por assumir a responsabilidade directa pelo cuidado das crianças, idosos e desvalidos, tendo por conseguinte uma pesada carga de serviço social não só para atender às necessidades da família mas, como referido anteriormente, as necessidades individuais como por

exemplo das mulheres. Neste modelo político-social democrata em que a Suécia assenta, ao contrário de Modelos de Estado Providencia Conservadores (como visto anteriormente é o caso de Portugal), as mulheres não necessitam de estarem agregadas a um sistema familiar para obterem benefícios, tendo assim facilidade reconhecidas na opção de escolha entre trabalho a tempo inteiro, ou em part-time de forma a poderem conciliar emprego com lides domesticas/familiares (Faria, 2002).

De acordo com Wallenberg e Persson (2012), o Estado Providência dos Países escandinavos- em especial da Suécia- caracteriza-se por uma aliança entre Estado e o Indivíduo, o que denominam de “Individualismo estadista”. Assim, o estado é visto como um aliado não só dos cidadãos mais vulneráveis mas de todos, em geral, havendo um esforço conjunto para modernizar a legislação familiar. Consequentemente, existe igualdade de leis matrimoniais entre homens e mulheres, na tributação individual, em creches universais e em leis “anti-família” patriarcal, de forma a que seja reconhecida a citada “independência e autonomia individual”. Deste modo, o modelo Político-social Sueco, tanto pela sua actuação ao nível da promoção do individualismo como pela sua longa tradição na defesa da igualdade de géneros, é-lhe atribuído denominações como “Sociedade de Indivíduos”, “Estado amigo das mulheres” ou “Feminismo do Estado” (Faria, 2002). Esping-Endersern (1990) elege como a característica mais notável deste modelo de Estado-Providência Social Democrata em que a Suécia assenta, a fusão entre o serviço social e trabalho, sendo a garantia do pleno emprego um princípio fundamental neste modelo pois de acordo com a sua opinião, esta é a melhor forma de conseguir minimizar os problemas sociais e maximizar os rendimentos: maior número de pessoas a trabalhar e o mínimo a viver de transferências sociais.

Este modelo promove a igualdade entre os melhores padrões de qualidade e não uma igualdade das necessidades mínimas, o que significa que os benéficos ao contrário de modelos políticos sociais como o caso de Portugal, não são estruturados para “remediar” as carências das famílias e esperar que a capacidade se esgote mas sim socializar antecipadamente os custos das famílias e prevenir situações de carência. Todas as classes sociais vêem garantidas serviços e elevados benefícios, sendo o princípio da solidariedade universal fulcral neste modelo- todos beneficiam de igual forma, todos são dependentes e todos se sentem na responsabilidade de contribuir para a igualdade social (Adão e Silva, 2002).

### **2.3.1. Modelo “R-M”: Caracterização**

De acordo com Viana e Cunha (2008) o actual modelo político social da Suécia, foi sendo construído e adaptado através de um “modelo base”, criado pelos economistas Gosta Rehn e Rudolf Meidner, sendo por isso conhecido por “Modelo R-M”. A grande ideologia de lançamento deste modelo inicial era a combinação entre o pleno emprego e a estabilidade de preços, sendo que em 1951 o referido modelo foi apresentado através de um relatório intitulado de “Trade Unions and Full Employment” à confederação Sueca dos sindicatos (LO). O espectro das suas estratégias almejava o pleno emprego conjugado com baixas taxas de inflação, sendo que se esta combinação fosse possível seria também possível: aumentos salariais, um rápido crescimento económico e uma distribuição mais igualitária de transferências de rede e segurança social (Erixon, 2008).

Neste modelo R-M, a política de mercado de trabalho assume grande destaque pois defende que a gestão prudente da política fiscal e a utilização adequada de medidas no mercado de trabalho desencadeiam uma série de movimentos na economia que possibilitam uma inflação baixa e conseqüentemente o pleno emprego. As medidas ao nível das políticas fiscais tinham como objectivo, o crescimento económico através de políticas fiscais restritivas, que pressionassem a lucratividade das empresas, que por sua vez iriam incentivar medidas para aumentar a produção e conseqüentemente gerar mais emprego (Erixon, 2008). Por sua vez, as políticas focadas no Mercado de Trabalho-principal ferramenta no Modelo Sueco R-M- permitiriam atingir o pleno emprego através de um conjunto de quatro políticas: 1) Políticas de demanda; 2) Políticas de oferta; 3) Políticas de compatibilidade e 4) Políticas de salário solidário. As políticas de demanda prendem-se com programas especiais de serviço público e subsídios para as empresas empregarem mais trabalhadores. As políticas de oferta relacionam-se com uma redução de custos para a procura de emprego, com a existência de subsídios para os trabalhadores mudarem para outras regiões e programas de treino à mão de obra, de forma a ajustarem-se às necessidades do mercado de trabalho. As políticas de compatibilidade têm a ver com centros de emprego que funcionariam como uma agência de emprego que procuraria vagas de acordo com as necessidades técnicas dos trabalhadores. O grande propósito associado a esta política é que seria mais eficiente e menos dispendioso existir um sistema unificado que reunisse todas as informações de vagas disponíveis das empresas e as compatibilizasse com os desempregados inscritos,

sendo toda a informação disponível centralizada pelo serviço público. Por último, as políticas de salário solidário - consideradas as medidas mais singulares do modelo sueco – defendem salários iguais para serviços iguais, independentemente da rentabilidade ou capacidade que a empresa manifeste para pagar. Deste modo, as empresas deveriam competir entre si através da produtividade e não através de reduções de custos com a mão-de-obra. O maior benefício apontado com esta política é que a redução das diferenças salariais reduziria também os conflitos entre os diferentes tipos de trabalhadores e conseqüentemente a desigualdade na distribuição da renda (Viana & Cunha, 2008).

### **2.3.2. Modelo “R-M”: Indicadores da sua Funcionalidade**

A aplicação do referido modelo iniciou-se de forma mais evidente a partir de 1950, tendo-se estendido até meados dos anos 90, altura em que o Estado, segundo Erixon (2008), começou a dar primazia ao combate da inflação ao invés do pleno emprego que, como referido, era a base prioritária do modelo R-M. Porém, durante os 40 anos da sua aplicação, o modelo deu sinais dos seus efeitos práticos através dos indicadores macroeconómicos que testemunhavam o sucesso das medidas, mesmo em períodos de crise. De 1950-1969, as baixas taxas de inflação, de desemprego, assim como um crescimento económico acelerado reforçavam a aplicação do modelo (Viana & Cunha, 2008). Em 1970, a recessão mundial a qual originou o choque petrolífero fez-se sentir num abrandamento do crescimento económico da Suécia levando a um aumento da taxa de inflação de 3,8% para 8,6% (Erixon, 2008). Apesar de uma melhoria na segunda metade da década de 80, em muito motivada pelo boom no mercado imobiliário, este cenário piorou no início dos anos 90 quando a Suécia lidou com a sua recessão mais forte desde a grande depressão: o PIB caiu aproximadamente 4% entre 1991-93, a produção industrial caiu 15%, as finanças públicas também se viram atingidas tanto com as receitas como com as despesas. Tudo isto resultou num aumento da taxa de desemprego que atingiu os 8.2% em 1993, maior taxa desde a segunda guerra mundial- sendo que só em 2000 é que baixou para os 5% (Viana & Cunha, 2008). Contudo, mesmo no pior período económico da Suécia, não deixa de ser importante frisar que as taxas registadas de desemprego por essa altura, eram inferiores aos restantes Países da EU-15.

É importante reforçar que o modelo R-M foi uma espécie de rampa de lançamento, um projecto do partido social democrata, que procurava acima de tudo o pleno emprego conjugado com estabilidade de preços, tendo afectado a gestão macroeconómica não só da Suécia mas como os demais países nórdicos, tais como Finlândia, Noruega, Dinamarca. E, apesar de ter deixado de estar em vigor a partir da década de 90, na opinião de Erixon (2008), o Modelo Político Social Sueco continua ainda, muito enraizado e estruturado no modelo inicial <sup>4</sup>“R-M”.

Tendo em conta que o modelo político sueco se distingue pelas suas medidas políticas sociais que denotam grande preocupação no bem-estar social, serão agora descritas as características dos três elementos essenciais no funcionamento de um Estado-providência: Mercado de trabalho, família e Protecção social (Esping-Andersen, 1990).

### **2.3.3. Protecção Social e Família**

De acordo com dados os parlamento europeu (1997), a Suécia é dos Países da União Europeia que mais despense com encargos da protecção social, sendo a média de custos da união europeia de 27,1% do PIB, enquanto na Suécia os valores situam-se nos 40%. Estes valores devem-se a muitos serviços na área da saúde e educação, que são todos proporcionados directamente pelas autoridades públicas e ao facto de a maior parte das transferências de rendimentos e dos subsídios estar sujeita ao imposto sobre os rendimentos. Todos os residentes suecos têm garantido o acesso a serviços médicos, à educação, assim como todos os idosos uma aposentadoria/pensão mínima pelo Estado. A provisão do bem-estar sueco é assim considerada universal, baseada nos valores da igualdade de oportunidades, solidariedade social e segurança, serviços relacionados à saúde, educação e cultura para todos (wallenberg & Persson, 2012). O sistema de Protecção Social assenta assim no princípio do seguro nacional, o que significa que não depende do estatuto social, nem é realizado nenhum tipo de diferenciação significativa entre os trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, assim como, cada pessoa é tributada individualmente, inclusive se for casada (wallenberg & Persson, 2012).

---

<sup>4</sup> Uma dos indicadores é a presença, ainda actuante, do Estado no Mercado de Trabalho através de programas de emprego, assim como, o combate à inflação através de um regime de metas (Erixon, 2008).

No que concerne aos cuidados de saúde, estes são prestados pelas assembleias distritais e regionais e alguns são pelos municípios, como é o caso dos idosos e lares especiais, por exemplo (Comissão Europeia, 2012). De modo a melhorar o atendimento médico e limitar as despesas dos utentes, existe uma medida denominada “Garantia no acesso à saúde”, em que nenhum utente deverá esperar mais que 90 dias para ter uma consulta da especialidade que necessita. Caso a espera seja ultrapassada, o conselho municipal encarrega-se de todas as despesas do utente como deslocação e consulta a outro médico à escolha do utente (Wallenberg & Persson, 2012).

Ao nível das prestações familiares, por exemplo o abono familiar é concedido a todas as crianças residentes na Suécia até aos 16 anos de idade. Existe também um subsídio por filho a cargo alargado e um complemento para famílias numerosas (três ou mais filhos). Subsistem outras prestações, tais como um subsídio parental de forma a permitir o progenitor cuidar da criança por períodos ininterruptos bastante longos; um subsídio parental temporário, caso necessite de ficar em casa a tomar conta de uma criança doente. No caso de os progenitores estarem ocupados de um filho doente ou portador de alguma deficiência, estes podem obter um subsídio por prestar assistência à criança se esta tiver necessidade de vigilância e cuidados específicos por um período mínimo de 6 meses ou sujeito a despesas suplementares decorrentes da doença ou deficiência da criança. Existe também um subsídio de estudo para jovens entre 16 e 20 anos de idade que prossigam os estudos secundários a tempo inteiro. É possível acrescentar um suplemento a este subsídio casos os progenitores tenham um rendimento diminuto. A Suécia e a Finlândia são os únicos países a providenciar creches gratuitas, antes e após o período escolar a crianças com idades entre os 6 e 12 anos de idade, assim como a oferecer merendas escolares a todos os alunos (Comissão Europeia, 2012). Ao nível do ensino superior, todos os alunos universitários têm direito a assistência financeira, que consiste num subsídio e num empréstimo, cujo reembolso depende dos rendimentos e deverá ser pago até aos 60 anos do estudante (Wallenberg & Persson, 2012).

Quanto às prestações de desemprego estas apreendem duas vertentes: um seguro voluntário que abarca todos os trabalhadores assalariados e independentes com idade inferior a 65 anos e envolve o pagamento de uma taxa de adesão (cerca de 150 coroas suecas por mês), e um subsídio de desemprego de montante fixo financiando pelas

entidades patronais. O pagamento destes subsídios depende de registo no SPE<sup>5</sup>, e os beneficiários devem estar dispostos a trabalhar ou a participar num dos programas de activação do mercado de trabalho (Parlamento Europeu, 1997). No que respeita a assistência social, esta destina-se às pessoas ou famílias que se encontram temporariamente sem recursos para fazer face as despesas básicas da vida quotidiana, sendo essa necessidade determinada com base numa avaliação. Não existem no entanto condições relativas à nacionalidade, nem obrigatoriedade dos beneficiários residirem permanentemente na Suécia. Caso existam filhos assim como necessidade acrescida, pode ainda ser atribuído um montante especial mediante a dimensão do agregado familiar que cubra por exemplo: despesas com a deslocação entre casa e trabalho, seguro da habitação, electricidade, quotas sindicais (Comissão Europeia, 2012).

De entre os benefícios sociais providos pela suécia já enumerados, destaca-se regime de pensões que é estruturado em três níveis: 1) pensão de reforma de base; 2) pensão de base nacional e 3) pensão complementar nacional. O primeiro, garante uma pensão base a todos os aposentados a partir de 65 anos de idade independentemente dos seus rendimentos anteriores. O segundo, abrange todas as pessoas que tenham residido na Suécia ou mantido um emprego, durante pelo menos três anos. As que viveram na suécia durante 40 anos tem direito a pensão de base completa. Por último, a Pensão complementar nacional (ATP) depende dos anos de trabalho efectivo e dos rendimentos obtidos. Por exemplo, uma pessoa que tenha trabalhado 30 anos a pensão é de 60% do rendimento médio convertido em pensão. Existe também um complemento de pensão para as pessoas que não estejam ao abrigo do plano ATP ou que tenham apenas uma pensão de valor reduzido. Este complemento garante que todas as pessoas recebam uma pensão mínima garantida: pensão de base mais complemento de pensão (Parlamento europeu, 1997). A maior parte da assistência prestada aos idosos, provém da prestação do serviço municipal e todos os idosos podem escolher se preferem atendimento ao domicílio ou num outro local escolhido, assim como por entidades públicas/privadas (Comissão europeia, 2012).

#### **2.3.4. Mercado de Trabalho**

---

<sup>5</sup> SPE- Gabinetes do serviço público de emprego que têm de assegurar que as vagas são preenchidas de forma rápida e adequada, de modo a que quem procure emprego o encontrem rapidamente. (Comissão Europeia, 2012).

De acordo com dados do parlamento europeu (1997), grande parte do orçamento Sueco é gasto em programas activos do mercado de trabalho, havendo grande preocupação do Estado em reduzir as taxas de desemprego, aplicando para isso políticas baseadas no princípio da activação, sendo que a Suécia apresenta uma taxa de participação da força laboral alta, quando comparada com os restantes países europeus. A preocupação em regular legalmente o mercado começou em 1970, altura em que foram aprovadas disposições legislativas sobre a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão sobre a vida laboral, sobre a segurança no trabalho e sobre representantes do sindicato no local de trabalho. Desta regulação, resulta que na suécia as horas de trabalho semanais não podem ultrapassar as 40 horas e, ao que concerne as férias anuais, todos os empregados tem direito a um mínimo de 25 dias uteis e cinco semanas de férias anuais (Sanandaji, 2012).

Em 2006 foram reformuladas leis do mercado de trabalho pelo governo, de forma a reforçar os incentivos ao emprego. Desta reformulação resultou: redução dos impostos auferidos sobre o rendimento; redução das contribuições do seguro social dos empregadores, em relação, aos funcionários jovens e grupo-alvo específicos, como por exemplo, pessoas que estiverem bastante tempo afastadas do mercado de trabalho e pretendem retomar e reforço de benefícios de seguro de desemprego. Outro atributo do modelo sueco na área do mercado de trabalho prende-se com medidas activas orientadas no sentido de manter “bons” vínculos entre os trabalhadores e empregadores, existindo gabinetes de serviço público de emprego (SPE) que pretendem assegurar que as vagas das pessoas que estejam à procura de emprego sejam preenchidas o mais rápido possível, sendo desta forma obrigatória a inscrição no SPE para obtenção do subsídio de desemprego. Um outro lado das medidas neste sector relaciona-se com diversos programas concebidos de forma a providenciar formação e experiência laboral através de empregos temporários e subsídios destinados a promover o emprego.

A combinação entre leis trabalhistas liberais, que facilitam o ato da contratação e demissão, com benefícios generosos e uma política de mercado de trabalho activa, foi denominada de “flex-segurança” pois tenta conjugar a flexibilidade no mercado de trabalho tendo sempre por base uma rede de segurança (wallenberg & Persson, 2012). De forma a regulamentar a relação entre entidades patronais e empregados, a Suécia também detém os denominados “acordos colectivos” que são negociados entre os

sindicatos e as organizações patronais. Nestes acordos não há intervenção governamental e estes cobrem qualquer aspecto do relacionamento entre a entidade patronal e o empregado (salários, remunerações, horas de trabalho, pagamentos relativos a doenças, seguros, entre outras condições de trabalho e emprego). Todo este clima laboral é, na opinião de Sanandaji, (2012) explicativo para o baixo número de greves na Suécia em comparação com outros países Europeus, assim como é importante assinalar que na Suécia, as diferenças salariais entre classes laborais são reduzidas, sendo essas diferenças entre executivos e operários muito menores que, por exemplo, em Portugal e Estados Unidos.

Outra legislação relevante é a lei sobre a estabilidade do emprego que procura prevenir despedimentos injustificados através da obrigação das entidades patronais a fundamentarem com informação objectiva e concreta cada despedimento que execute. Uma outra particularidade tem a ver com a obrigatoriedade das entidades patronais informarem os empregados acerca da evolução da produção da empresa e das orientações da política de pessoal. Neste caso, quando a empresa prevê alguma alteração importante na sua actividade, ou nas condições de trabalho, relativamente a um ou mais trabalhadores, é obrigada a consultar os empregados antes de dar como tomada qualquer decisão que os envolva (Parlamento Europeu, 1997).

Ao nível da segregação de género nas actividades económicas, a Suécia também se destaca pelas medidas que desde cedo aplica. Desde 1971 existem políticas que procuram promover a taxa de actividade feminina, existindo desde essa altura uma preocupação com a noção do “individualismo” e um sistema de tributação individual. Deste modo, o Estado detém a responsabilidade de garantir a igualdade de géneros, através de políticas sociais que permitam a participação a tempo inteiro de mulheres e homens no mercado de trabalho, assim como políticas de articulação entre trabalho e família permitindo a conjugação mais harmoniosa possível de responsabilidades entre o casal. Desta forma existe um esforço por parte de Estado no sentido de alargar a rede de infra-estruturas de apoio a crianças (tais como, creches, merendas escolares e actividades pós-escolar), de forma a providenciar à mulher “cuidadora” maior flexibilidade de horários, logo mais disponível para estar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, foram definidas políticas de apoio e incentivo no âmbito da conciliação entre vida familiar e profissional, tais como, o apoio à maternidade e leis/abonos que

permitam igualdade entre o casal, no sentido escolher qual dos progenitores possa ficar a cuidado da criança por mais tempo (Casaca, 2010).

De forma a estabelecer a igualdade de géneros no acesso ao mercado de trabalho, existem leis de não discriminação que obrigam a medidas contra a discriminação e assédio no local de trabalho, sendo também postulado que nenhum empregador deverá tratar injustamente qualquer candidato ou funcionário que está, esteve ou irá estar sob a licença de maternidade (Faria, 2002; Wallenberg & Persson, 2012). Importa referir que as mulheres suecas detêm quase o mesmo nível de participação no mercado de trabalho que os homens, assim como, um maior número de filhos por mulher do que na maioria dos outros Países Europeus. De acordo com o Parlamento Europeu (1997), contrariamente ao que acontece à maior parte dos países europeus, na Suécia a taxa de desemprego nas mulheres é inferior à dos homens. Dados que se confirmam no Eurostat (2012), que revela valores que apontam 7,7% de desemprego nas mulheres, ao passo que nos homens a taxa sobe para os 8,2%. Mesmo assim, é importante referir que a nível geral, a média de desemprego da Suécia é de 8.0% contra os 10,4% da média europeia. No que concerne à taxa de desemprego de longa duração, a média da Suécia é de 1,5% contra 4,6 na união europeia. Relativamente à diferença de géneros, também existem valores interessantes pelo contraste com a maior parte dos países da Europa. Assim, a média de desemprego de longa duração na Suécia é maior nos homens do que nas mulheres: os valores são 1,7% e 1,3% respectivamente (Pordata.pt, 2013).

Após terem sido descritos os respectivos Modelos Político-Sociais, referentes a cada país alvo neste estudo, assim como às suas particularidades quanto aos três mecanismos reguladores de um Estado Social: Família, Protecção Social e Mercado de Trabalho, passar-se-á então à relação que a variável Satisfação com a Vida, nossa variável dependente (abordada no primeiro capítulo), tem com variáveis que impliquem a satisfação com a estrutura política e respectivas medidas de protecção social.

### **CAPITULO 3**

## **SATISFAÇÃO COM A VIDA E MODELOS POLÍTICO- SOCIAIS**

Tal como referido no primeiro capítulo, a Satisfação com a vida é um conceito que faz parte de outro mais abrangente - o bem-estar-subjectivo - e respeita o grau em que cada pessoa avalia positivamente a sua vida no global, sendo inúmeros os factores que influenciam o modo como nos sentimos e avaliamos a vida. Entre os vários factores que se podem relacionar com a satisfação com a vida, a dimensão politica, mais concretamente as características dos regimes políticos, assim como as subsequentes medidas políticas implementadas na procura da satisfação das necessidades dos cidadãos, tem recebido bastante atenção (Owen, Videras & Willemsen, 2008). É exactamente a relação entre satisfação com a vida e os diferentes modelos políticos sociais que interessam para este estudo em particular, e que vai ser analisada ao longo desde capítulo.

Apesar da cada vez maior relevância social, o tema satisfação com a vida e a sua relação com a satisfação política apresenta ainda imprecisões teórico/metodológicas, o que dificulta a investigação e o diálogo entre as diferentes áreas que trabalham com o tema (Pereira, Teixeira & Santos, 2012). De acordo com Inglehart e Klingemann (2000), o facto de a maioria das investigações acerca desta variável - satisfação com a vida - procurarem relação nas variáveis genéticas e demográficas (educação, ocupação, sexo, idade, estado civil, etc.), acabou por atrasar a consciencialização do papel que a cultura e a tipologia das instituições políticas têm na explicação das variações da satisfação com a vida entre Países.

O mesmo é tido em consideração pela Fundação Europeia (2004), que revela que as variáveis demográficas, explicam 22% da variância da satisfação com a vida entre os Países Europeus e, as variáveis contextuais, explicam apenas 13% dessa variância. Embora as características contextuais (ou seja, todos os factores que não façam parte das características demográficas ou genéticas e que digam respeito ao contexto externo do individuo, às suas condições de vida objectivas tais como, habitação, rendimento, emprego, entre outros), não sejam os factores mais poderosos para explicar a variância da satisfação com a vida, a diferença destes valores constituem de certa forma, a nuvem

de fumo que acaba por fazer desvanecer a importância dos factores contextuais na compreensão da variação da satisfação com a vida.

No entanto, na opinião de Diener (2000), perceber quais as características e singularidades de cada país que mais se relacionam com a satisfação com a vida, é cada vez mais importante visto poder trazer um panorama mais completo dos factores que realmente se relacionam com a Satisfação com a vida. O mesmo é referido por Moisés e Carneiro (2008), que consideram que os motivos pelos quais a satisfação com a vida difere de País para País, além de dependerem de variáveis pessoais, como anteriormente mencionado, dependem também do envolvimento socioeconómico do País em causa, designadamente, com a satisfação do regime político social que tem influência directa em todos os sistemas que afectam o cidadão (educação, a saúde, o mercado de trabalho, etc.).

Ora, a crescente preocupação em apurar quais os factores que mais impacto têm, na variação da satisfação com a vida em diferentes Países, tem motivado inúmeros estudos. Radcliff (2001), resumiu as três formas mais comuns de estudar essas variações da satisfação com a vida, entre Países. A primeira centra a atenção em analisar a relação da satisfação com a vida com o nível de desenvolvimento económico, sendo geralmente a satisfação com a vida superior nos Países economicamente desenvolvidos. A segunda, procura estudar as diferenças de satisfação com a vida mediante o impacto que as normas sociais e culturais têm na capacidade de aceitação das adversidades, assim como o “orgulho” nacional no momento de avaliar a satisfação que sente por viver no seu País. Finalmente, a terceira forma de estudar a satisfação com a vida é através das condições de vida, ou seja, quanto maior for a presença de condições consideradas boas (como, habitação, os transportes, o salário, o acesso à saúde etc.), maior a satisfação com a vida.

Apesar de Radcliff (2001) defender que não se pode descartar todas estas variáveis na explicação da satisfação com a vida, o referido autor é também da opinião que pouco se sabe acerca do impacto que os factores de ordem política têm nos diferentes níveis de satisfação com a vida. Assim sendo, pôs em curso um estudo que procurou perceber qual o impacto que variáveis de índole política têm na avaliação subjectiva da qualidade de vida e, mais ainda, quais as medidas políticas específicas que

mais contribuem para essa variação (os resultados deste estudo serão apresentados no próximo ponto do capítulo - 3.1).

De forma a melhor organizar a discussão teórica sobre este tema, visto a maior parte dos investigadores que se dedicaram a esta área de estudo considerarem que existem poucas investigações a este respeito, decidiu-se expor alguns estudos realizados, que mostram a relação entre a Satisfação com a vida com as instituições políticas.

### **3.1. Satisfação com a Vida e Variáveis Políticas**

Tal como vem sendo exposto, existem autores que apontam a escassez de estudos que procurarem perceber a relação da Satisfação com a Vida, com variáveis de carácter Político (Whitney, Clarke, Sanders & Stewart, 2010). Visto existir grande heterogeneidade entre as avaliações da Satisfação com a vida em diferentes Países, vários autores entendem que essas diferenças não se podem dever apenas a factores pessoais (como factores genéticos ou sociodemográficos), mas também a factores específicos tais como a particularidades de cada país. Assim sendo, começa a existir um incremento de estudo devotos a este tema e que revelam resultados interessantes, sob o ponto de vista da relação entre a Satisfação com a vida e variáveis relacionadas com sistemas políticos e estruturas governamentais.

Na opinião Radcliff (2001), o mercado de trabalho contribui para a desigualdade e não para a distribuição equilibrada de bens, sendo que quando a garantia do mínimo está obrigatoriamente dependente do mercado de trabalho, a satisfação com a vida também está comprometida. Neste sentido, e mediante os resultados do seu estudo, o referido autor defende que avaliação subjectiva da satisfação com a vida está positivamente relacionada com os estruturas político-sociais que tenham a capacidade desmercadorizar, assim como com benefícios sociais que permitam a cidadãos ter condições básicas de vida e nível de segurança, fora do mercado de trabalho.

Num estudo posterior, levando a cabo por Díaz, González e Radcliff (2010), os resultados de Radcliff (2001) foram confirmados. Assim, políticas sociais dirigidas ao mercado de trabalho, as quais permitam uma maior distribuição de bens entre os cidadãos, bem como igualdade no acesso a benefícios sociais, são as variáveis de ordem

política que mais interferem de forma positiva na avaliação subjectiva da vida. Os autores reforçam que qualquer investigador que pretenda realmente perceber quais os factores que contribuem para explicar a variabilidade da Satisfação com a Vida, tem que obrigatoriamente atenter aos mecanismos reguladores do Estado-providência, propostos por Esping-Andersen (1990): Família, Mercado de Trabalho e Protecção Social. O mercado de trabalho é segundo os autores deste estudo, o mecanismo no Estado-Social que mais afecta a vida das pessoas e define a Satisfação com a Vida.

Um outro estudo conduzido por Whiteley, Clarke, Sanders e Stewart (2010), que procurou aprofundar a relação entre variáveis relacionadas com actuação do governo e a satisfação com a vida, revelou dados interessantes no que diz respeito ao tipo de medidas políticas que mais afectam a avaliação dos cidadãos, quanto à sua Satisfação com a vida. Os resultados mostraram que as políticas sociais que possibilitam maiores níveis de autonomia aos cidadãos (tais como tributação individual, por exemplo), assim como modelos político-sociais que permitam mais oportunidades de participação nas decisões de índole política (ou seja, maior sensação de controlo nas tomadas de decisão que afectam directamente as vidas das pessoas), estão relacionadas com maiores níveis de satisfação com a vida. Os resultados deste estudo permitiram também perceber que as micropolíticas tem um impacto maior na satisfação com a vida, do que as macropolíticas. Ou seja, as políticas sociais que afectam de forma mais directa a vida dos cidadãos, como por exemplo, a lei do aborto, ou decisões no campo da saúde pública, ensino, segurança, tem um maior poder preditivo na satisfação com a vida, do que políticas sociais de carácter mais geral, tais como, leis relacionadas com a economia do País, relações ou parcerias externas que o país tente estabelecer com outros países, etc.

Por sua vez, Owen, Videras e Willemsen (2008), elaboraram um estudo que propunha examinar se a democracia, os seus diferentes sistemas (parlamentarista ou presidencial) e a participação política, influenciavam a avaliação subjectiva da satisfação com a vida. Os resultados permitiram reforçar que existe de facto evidência empírica, de que os Estados democráticos (sobretudo os de carácter presidencial em comparação com parlamentarista) se relacionam com a satisfação com a vida,

independentemente das características pessoais <sup>6</sup>de cada cidadão (idade, género, estado civil, etc.). De acordo com os autores, este resultado específico pode dever-se à maior capacidade das democracias presidenciais, em detrimento às parlamentaristas, potenciarem uma maior oportunidade de participação dos cidadãos no processo político. O que de certa forma vai ao encontro da outra variável do estudo – oportunidade de participação política - que também se mostrou positivamente relacionada com a satisfação com a vida.

Quanto às outras variáveis alvo deste estudo os autores constataram que, mais uma vez e à semelhança dos resultados anteriormente mencionados, as estruturas democráticas que promovem, estabilidade política e económica, individualismo, direitos humanos, liberdade de participação, liberdade de expressão política e igualdade no acesso ao mercado de trabalho, encontram-se positivamente correlacionadas com a satisfação com a vida. Constataram também que Estados-Sociais que tenham maiores níveis de transferência tem maiores índices de satisfação com a vida.

Além das variáveis políticas mais evidentes, como as que acabámos de enumerar, existem outras menos directas mas que começam, também, a ser alvo de atenção por parte dos investigadores. Uma delas é a organização da força laboral de cada País.

Neste sentido, Keane, Pacek e Radcliff (2012), consideram que para se estudar a Satisfação com a Vida e perceber quais os factores que realmente têm eco nesta variável, é importante atender aos mecanismos reguladores dos Estados-Sociais, sobretudo o mercado de trabalho. Neste sentido, a tipologia da organização laboral ganha principal destaque exactamente por se tratar de uma das instituições que mais afectam o mercado de trabalho da actualidade e, conseqüentemente, a satisfação e qualidade de vida. Assim sendo, os autores citados defendem que as diferenças ao nível da satisfação das organizações de trabalho desempenham um papel importante nos níveis da satisfação com a vida.

---

<sup>6</sup> Neste estudo as mulheres, as pessoas casadas e os profissionalmente ocupados, obtiveram valores mais elevados quanto à satisfação com a vida. A variável “idade” e “escolaridade”, não mostraram uma relação forte com a satisfação com a vida.

A explicação para estes resultados, de acordo com a linha de argumentação dos investigadores, prende-se com a capacidade que as organizações da força laboral (sindicatos), têm em oferecer aos trabalhadores oportunidades para se expressarem e reivindicarem adequadamente, assim como para regularem o mercado de trabalho. Notam porém que essa relação depende, também, do nível de democracia de cada regime político-social. Ou seja, modelos políticos-sociais que se caracterizem por serem mais democráticos em detrimento dos Autoritários (como o Social-Democrata em comparação com Conservador<sup>7</sup>, por exemplo), potenciam maiores oportunidades de expressão e abertura para a manifestação, tendo segundo estes autores, um impacto positivo na satisfação com a vida.

A respeito da relação entre o mercado de trabalho e a satisfação com a vida, Rodrigues, Barroso e Caetano (2010) elaboraram um estudo que procurava estudar e comparar diferentes níveis de satisfação com a vida entre os países europeus. Os resultados evidenciaram que Estados-Sociais que tenham políticas sociais que permitam maior conciliação entre tarefas profissionais e domésticas, assim como maiores redes de apoio ao cuidado de crianças e idosos, são os que obtêm maiores níveis de satisfação com a vida. Neste estudo em particular, Portugal é sinalizado como um dos Países da União Europeia com maior desigualdade na repartição de tarefas domésticas, entre homens e mulheres, com as últimas sobrecarregadas com o trabalho doméstico. Por sua vez, a Suécia situa-se nos lugares de topo, no que concerne à maior satisfação com estas políticas sociais de conciliação entre vida profissional e familiar.

### **3.2. Satisfação com a Vida e Modelos Político-Sociais**

Tal como foi possível apurar, apesar da maior parte dos investigadores apontarem carências no que toca a estudos que relacionem a variável Satisfação com a Vida com variáveis políticas, começa a ser cada vez mais possível encontrar estudos que permitem verificar essa relação. Porém, estudos que equacionem a satisfação com a vida com os diferentes modelos-político-sociais são ainda escassos.

---

<sup>7</sup> Relembramos que no capítulo 2, fazemos referência aos diferentes Modelos-Políticos Sociais de acordo com o quadro conceptual de Esping-Andersen (1999) e que o Modelo Político Social Conservador, não raras as vezes, é tido por alguns autores como um Estado “Autoritário”.

No entanto, começam a existir cada vez mais autores que procuram perceber a relação que os diferentes modelos-políticos sociais têm na variação da satisfação com a vida, sobretudo quando se comparam diferentes países.

Assim, de forma a fazer face a estas questões, Haller e Hadler (2006), elaboraram um estudo que teve como principal objectivo estudar as diferenças da Satisfação com a vida em diferentes países, tendo como pano de fundo os diferentes contextos político-sociais. Apesar de os referidos autores não especificarem concretamente, quais os tipos de regimes políticos-sociais que mais se relacionam com a satisfação com a vida, eles apontam alguns aspectos ou modos de actuação por parte das estruturas governamentais, que mais relevância tem na satisfação com vida. De acordo estes resultados, as políticas que mais afectem a satisfação com a vida no sentido positivo são: estabilidade económica nacional, distribuição equilibrada de protecção-social, liberdade no acesso aos benefícios sociais, liberdade de expressão e participação política, e segurança nas instituições públicas quanto à garantia da estabilidade económica futura.

Outro estudo conduzido por Bohnke (2007) que procurou saber quais variáveis de ordem política que explicam diferentes níveis de satisfação com a vida em diferentes países, mostrou que os estados-sociais que transmitem maior segurança política e financeira, assim como, maiores níveis de protecção social, e benefícios sociais, permitindo os cidadãos terem um tipo de vida respeitável independentemente de não virem a ter dinheiro para alguma situação de urgência, são os que potenciam maiores níveis de satisfação com a vida. Por outro lado, quando existe uma insatisfação com o modo de actuação do sistema político, assim como, com as medidas de protecção social, a tendência de acordo com Ribeiro (2011) é a de gerar distanciamento e descredito dos cidadãos relativamente ao funcionamento das instituições políticas e respectivas medidas políticas, conduzindo a uma menor satisfação com a vida.

Após a descrição destes estudos, pode-se dizer com alguma firmeza, que de forma geral os Modelos Político-Sociais que transmitam segurança e confiança aos cidadãos quanto ao acesso a bens materiais e benefícios sociais em situações de urgência, assim como oportunidades para melhorar a sua situação de vida (tais como, oferta de emprego, acesso à saúde, à escolaridade), associam-se a maiores níveis de

satisfação com a vida, tendo um grande impacto no entendimento das variações registadas nos níveis de bem-estar subjectivo em diferentes Países (Inglehart & Klingemann, 2000).

Para Sanandaji (2012), existe uma hierarquia bastante clara quanto à capacidade dos apoios sociais e dos serviços públicos em amortecerem o impacto das condições sociais e económicas difíceis. Sendo que na sua opinião, os Países Nórdicos registam a este respeito, níveis mais elevados de apoios e serviços sociais. Ou seja, transmitem uma maior rede de segurança e como tal, são os Países onde a avaliação subjectiva da qualidade de vida é superior, reflectindo-se consequentemente numa melhor satisfação com a vida. Esta argumentação vai ao encontro ao defendido por Rodrigues, Barroso e Caetano (2010), que consideram que os diferentes regimes de welfare surgem associados a diferentes níveis de satisfação com a vida, sendo nos regimes sociais-democratas dos Países Nórdicos, onde o bem-estar declarado e a satisfação com mais domínios de vida são superiores, em comparação com regimes com Conservadores, como é o caso de Portugal.

Nesta lógica, de maior satisfação quanto maior a percepção de “segurança” transmitida pelo regime político-social, sendo os regimes político-sociais democratas, detentores destas características (desmercadorização, alargados benefícios sociais, etc.), os que mais promovem satisfação aos seus cidadãos, faz então sentido que a satisfação com a vida obtenha valores mais elevados nos países no Norte e Centro da Europa, sendo relativamente mais baixa na Federação Russa, Ucrânia, Bulgária e Portugal (Nata & Menezes, 2010). A reforçar estes dados, um relatório elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) que procurava avaliar e comparar a satisfação com a vida em 36 Países (cujos indicadores incluíam, habitação, rendimento, trabalho, comunidade, educação, ambiente, Governo, saúde, satisfação com a vida, segurança e equilíbrio-casa-trabalho) revelou que Portugal logo a seguir à Turquia, é o que tem menores níveis de satisfação.

Desta forma, o presente trabalho centra atenção na forma como a satisfação com a vida se relacionada com os diferentes modelos político-sociais, numa tentativa de mapear e organizar uma discussão em torno do que influencia avaliação da satisfação com a vida, numa europa que se encontra numa mudança político-social rápida e onde o

interesse pela percepção dos cidadãos é cada vez mais relevante para pautear as medidas das políticas sociais (Lourenço, 2008).

Assim sendo, após a revisão bibliográfica que se estendeu por três capítulos em que se tentou: 1) definir satisfação com a vida como parte integrante do bem-estar subjectivo; 2) distinguir diferentes modelos político-sociais existentes, assim como descrever o referente a cada país alvo deste estudo e finalmente 3) descrever estudos que mostrem relação entre a satisfação com a vida com variáveis políticas, o passo seguinte será abordar a parte empírica deste trabalho.

---

**PARTE II**

**PROCESSO METODOLOGICO**

## **1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO**

A satisfação com a vida diz respeito a sentimentos positivos face a própria vida no momento actual, sendo inúmeros os factores que afectam se relacionam com esta variável (Diener, 2000). Estudos defendem que a satisfação com a vida é mais elevada em países do Norte e Centro da Europa e mais baixa em países como a Ucrânia, Bulgária e Portugal (Nata & Menezes, 2010). A actual conjuntura económica vivenciada em todo o mundo, assim como a crise política cada vez mais pronunciada, leva a que a sociedade europeia se encontre num processo de mudança e de ajustamento, podendo dar origem a perspectivas de vida menos positivas e maiores níveis de insatisfação com a vida (Galinha, 2010). É Neste sentido que as características dos regimes políticos sociais e as respectivas medidas de segurança social por eles aplicadas, ganham relevância para este estudo. Considerou-se então pertinente conhecer a relação entre percepção da satisfação com a vida e variáveis relacionadas com a confiança e satisfação com sistema político, e com medidas de protecção social, em dois Países com pilares político-sociais tão distintos como Portugal e Suécia. O principal objectivo é conhecer o impacto de variáveis de carácter político (tais como, satisfação e confiança nas instituições políticas e satisfação com as medidas relacionadas com a protecção social), na variável satisfação com a vida, em países com contextos político sociais tão distintos como Portugal e Suécia.

## **2. DESENHO DE ESTUDO**

Tal como mencionado, o objectivo central deste estudo é estudar o impacto que variáveis relacionadas com a satisfação e confiança nas instituições políticas, assim como satisfação com as medidas relacionadas com a segurança social, tem na satisfação com a vida em países com contextos político sociais tao diferenciados como Portugal e Suécia. É um estudo de carácter exploratório, em que se considera que em países onde existe insatisfação pelas medidas de apoio e segurança social, assim como um sentimento de desapego e afastamento do governo e dos políticos, exista uma menor satisfação com a vida. Assim sendo, identifica-se neste estudo como variável dependentes (VD) a “satisfação com a vida” e como variáveis independentes (VI): variáveis de carácter sociodemográfico (sexo, idade e habilitações literárias), e duas dimensões: uma relativa à “satisfação política” (inclui variáveis que procuram avaliar a

satisfação e confiança tanto nas instituições de ordem política como nos respectivos políticos), e outra dimensão denominada de “protecção social”, que é constituída por 5 subdimensões, que no seu conjunto procuram avaliar a satisfação relativamente às diferentes medidas de protecção e justiça social, em cada país alvo deste estudo.

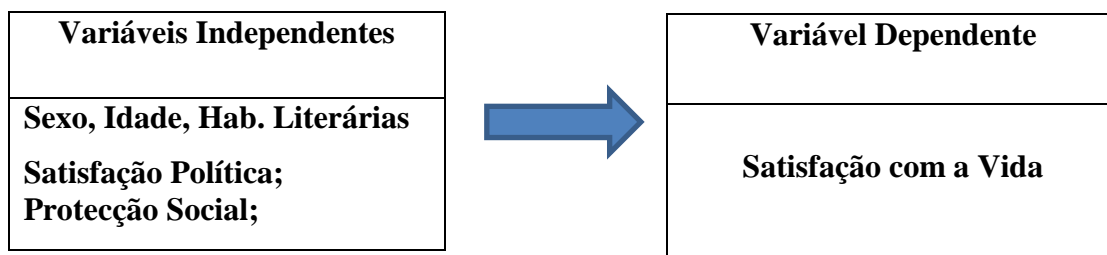


Tabela 1. Descrição das variáveis de estudo.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1.Procedimento e Amostra

Este estudo fez uso de uma Base de dados do *European Social Survey* que consiste num projecto bienal, cujo objectivo é estudar atitudes e valores dos europeus de forma longitudinal, usando amostras representativas da população de cada País participante. A recolha de dados tem lugar de dois em dois anos aos residentes dos países participantes, com 15 ou mais anos, sem limite superior, independentemente da sua nacionalidade ou situação legal. Cada questionário – Round - é constituído por um módulo fixo e por dois ou três rotativos. O módulo fixo pretende medir continuidades e mudanças nos seguintes domínios: media; participação e valores sociopolíticos; bem-estar, saúde e segurança, identidade nacional, étnica e religiosa; caracterização sociodemográfica e valores sociais. Por sua vez, os módulos rotativos abordam outras temáticas relevantes, de forma alargar o campo de compreensão das atitudes dos europeus. O questionário seleccionado para este estudo foi o de 2008, visto ser o round cujo módulo rotativo mais se adequava ao objectivo deste estudo, por incluir tópicos que englobam as avaliações dos inquiridos acerca da confiança e satisfação quanto ao modo de actuação dos respectivos estados providência, assim como as políticas de protecção social.

Deste modo, a nossa **amostra** é constituída pela junção da base de dados de ambos os países, Portugal e Suécia, do já referido ESS4- 2008. Assim, parte desta amostra **4197** sujeitos, sendo **2367** referentes a **Portugal** e **1830** a **Suécia**.

Dos 4197 sujeitos, 43,9% são do **sexo** masculino e 56,1% do sexo feminino.

A média de **idades** é de 50,50 anos com um desvio padrão de 0,31; a idade mínima é de 15 anos e a máxima de 95.

Relativamente às **habilitações literárias**, optou-se por descrevê-las separadamente pois a sua categorização escolar é diferente nos países em questão. Assim sendo, o escalão dos níveis de escolaridade estendem-se de 1 a 12 para Portugal e 1 a 13 para a Suécia. Tal como se pode ver no histograma que se segue, a média das habilitações literárias em Portugal é o nível 4 e na Suécia é o nível 7.

Portugal + Suécia				
Sexo	Feminino	%	Masculino	%
	2353	56,1%	1844	43,9%
Idade	Média		Desvio-padrão	
	50,50		0,31	

Tabela 2. Média das habilitações literárias em Portugal e Suécia.

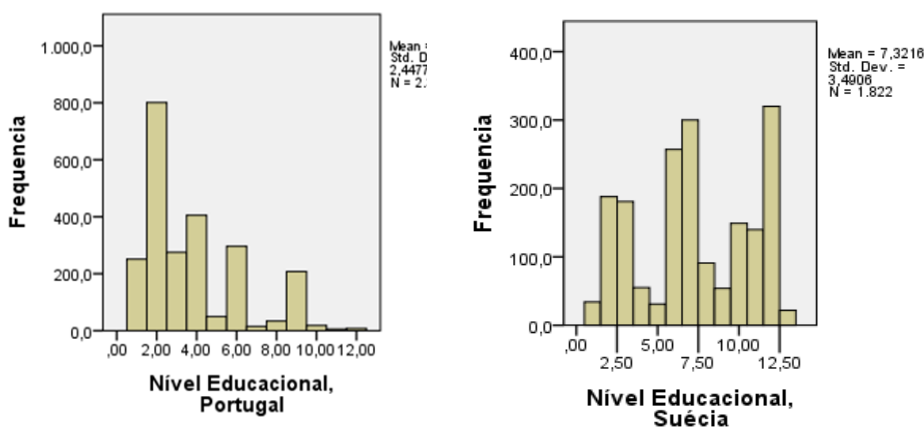


Tabela 3. Médias dos níveis de escolaridade em Portugal e Suécia.

Do número total de indivíduos que constituem a amostra portuguesa 60,9%, são do sexo feminino e 39,1% do masculino.

Relativamente à idade, a média para Portugal é de 52,75, com um desvio padrão de 19,96.

	<b>Portugal</b>			
	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	1441	60,9%	926	39,1%
	<b>Média</b>		<b>Desvio-padrão</b>	
<b>Idade</b>	52,75		19,96	

**Tabela 4. Média e desvio padrão de Idades em Portugal.**

Relativamente à **amostra sueca**, 49,8 % são do **sexo** feminino e 50,2% do masculino

No que respeita à **idade**, a média é de 47,60, com um desvio padrão de 19,27.

	<b>Suécia</b>			
	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	9198	49,8%	912	50,2%
	<b>Média</b>		<b>Desvio-padrão</b>	
<b>Idade</b>	47,60%		19,27	

**Tabela 5. Média e desvio padrão de idades na Suécia.**

### **3.2 Medidas Usadas**

Tal como referido anteriormente, foi usada a base de dados do European Social Survey-2008, assim como respectivo questionário como forma de seleccionar variáveis relevantes para o estudo em causa. Neste sentido, passaremos a descrever quais os itens do questionário que foram seleccionados pela sua capacidade de adequação aos objectivos do estudo. Procurou-se, por isso, itens que retratassem a variável dependente - Satisfação com a vida- assim como com satisfação com o governo, com os políticos e partidos e respectivas medidas de protecção social.

Apresentam-se agora os itens inicialmente seleccionados do questionário. É importante referir, que alguns destes itens foram posteriormente eliminados, quer por motivos teóricos, quer por motivos estatísticos (baixas correlações). Contudo, mais à frente será descrito todo o processo envolvente na criação das escalas e subescalas, assim como, os motivos que levaram a que um e outro item fosse eliminado em prol de uma escala que satisfizesse, dentro do possível, os objectivos propostos para este

estudo. Assim sendo, os itens que foram escolhidos directamente do round, para integrarem este estudo, foram:

1. *Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?*
2. *Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente?*
3. *Confia na assembleia da república;*
4. *Confia nos políticos?*
5. *Confia nos partidos políticos?*
6. *Confia no parlamento europeu?*
7. *De um modo geral, qual o seu grau de satisfação com o estado actual da economia?*
8. *Qual é o seu grau de satisfação com a forma como o governo está actuar?*
9. *Qual o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia?*
10. *Para uma sociedade ser justa, as diferenças entre os níveis de vida das pessoas devem ser pequenas;*
11. *Governo devia tomar medidas para reduzir as diferenças de rendimentos;*
12. *É importante que o governo seja forte e transparente essa segurança;*
13. *A maioria das pessoas com rendimentos muito baixos recebe menos apoios do que aqueles a que tem direito;*
14. *Pensa que o Governo deve ou não garantir que todos os grupos sociais fossem tratados com igualdade?*
15. *Benefícios sociais incentivam pessoas de outros países a vir viver para cá;*
16. *Benefícios sociais permitem combinar família e trabalho;*
17. *Benefícios sociais esforçam a economia;*
18. *Benefícios sociais tornam as pessoas as pessoas preguiçosas;*
19. *Benefícios e apoios sociais impedem o aumento da pobreza;*
20. *Benefícios e apoios sociais conduzem a uma sociedade mais igualitária;*
21. *Benefícios são insuficientes para ajudar as pessoas realmente necessitadas;*
22. *Em cada 100 pessoas com idade para trabalhar, quantas diria que não tem dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades básicas?*

23. *Em cada 100 pessoas com idade para trabalhar, quantas diria que estão desempregadas e à procura de emprego?*
24. *O que pensa em geral da oferta de serviços de cuidados às crianças, a preços acessíveis, para pais trabalhadores?*
25. *O que pensa em geral das oportunidades de primeiro emprego a tempo inteiro para os jovens?*
26. *A maioria das pessoas com rendimentos muito baixos recebe menos apoios do que aqueles a que tem direito;*
27. *Nos próximos 12 meses, em que medida acha provável, surgirem momentos em que o dinheiro não lhe chegue para cobrir as necessidades do agregado familiar?*
28. *Nos próximos 12 meses, qual a probabilidade de não receber os cuidados de saúde de que realmente necessita se ficar doente?*
29. *É responsabilidade do governo garantir emprego para os que querem trabalhar;*
30. *É responsabilidade do governo garantir cuidados de saúde adequados aos doentes;*
31. *É responsabilidade do governo proporcionar dias de licença paga para as pessoas que trabalham e que têm que tomar conta de familiares doentes;*
32. *É responsabilidade do governo garantir serviços de cuidados às crianças para os pais que trabalham;*
33. *É responsabilidade do governo garantir um nível de vida digno aos idosos;*
34. *É responsabilidade do governo garantir um nível de vida digno aos desempregados;*
35. *Como avalia no geral, o estado da educação?*
36. *Qual o seu grau de satisfação com os serviços de saúde hoje em dia;*
37. *Qual a sua opinião sobre a eficiência da prestação de cuidados de saúde?*

#### **4. RESULTADOS**

Passaremos agora à descrição do processo da elaboração das escalas - **dimensões** usadas neste estudo e subsequente validação. Posteriormente, apresentamos

a comparação de **médias** entre as duas amostras (Portugal e Suécia), realizadas através do *t-teste* e, por último, descrevemos os modelos de **regressão múltipla**, em que analisaremos o poder preditivo das dimensões, “satisfação política” e “protecção social” (que se divide em 5 subdimensões), sobre a dimensão “satisfação com a vida” – nossa variável dependente.

#### 4.1 Dimensões

Tal como mencionado anteriormente, o presente estudo apresenta como variável dependente a “satisfação com a vida”. Sabendo que esta se encontra intimamente ligada, entre outros factores, com a satisfação da envolvente político-social, pretende-se então conhecer as implicações que a satisfação com a actuação do Governo e com as respectivas medidas de protecção social, tem na avaliação subjectiva da satisfação com a vida em Portugal e Suécia.

Tendo em conta que a satisfação com a vida engloba várias dimensões/qualidades/variáveis, torna-se necessário criar uma escala-instrumento que abranja essas variáveis, ou para este estudo em particular, abranja as variáveis relevantes para o objectivo do estudo. Portanto, um instrumento que ambicione avaliar a satisfação com a vida deverá apresentar várias questões/itens que toquem nas diferentes dimensões/qualidades/variáveis respeitantes a este constructo. Para tal, elaborou-se uma escala-dimensão que avaliasse a variável dependente, ou seja, a “satisfação com a vida” e outras duas que avaliassem as nossas variáveis independentes: 1) satisfação com a vida política e a actuação do governo e, 2) Satisfação com as diferentes medidas de protecção social. Assim sendo, todo este exercício de selecção de itens (itens seleccionados do questionário do Round 2008 do *European Social Survey*) passou por encontrar os itens com maior capacidade de resposta às dimensões pretendidas. Isto é, itens relacionados com a satisfação com a vida, satisfação com o funcionamento político e finalmente, medidas de protecção social. Criaram-se por isso, três escalas/instrumentos de avaliação, que serão descritos separadamente.

É importante referir, que após a selecção dos itens seleccionados apenas por um critério de pertinência teórica, o primeiro passo foi realizar médias e correlações para cada um dos itens. Posteriormente, tentou-se agrupar teoricamente os itens que mais se

correlacionavam entre si. Após este exercício, procedeu-se à análise factorial exploratória no sentido de verificar a divisão anteriormente feita e/ou reduzir dados. Segue-se a descrição de todo o processo envolvente, desde a selecção inicial de itens a todas as operações inerentes que resultaram na escala final - três escalas/ dimensões: **Satisfação com a vida; Satisfação com a vida Política e Satisfação com as medidas de Protecção Social.**

#### 4.1.1. Dimensão Satisfação com a Vida

Os **itens** que pretendiam constituir a dimensão **Satisfação com a Vida eram dois:**

1. *Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?*
2. *Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente?*

Estes dois itens, desde logo revelaram boa correlação entre si (0,727,  $p < 0.001$ ), sendo o alfa de cronbach de 0,822. Tendo que conta que esta dimensão é apenas constituída por 2 itens e sabendo que à medida que o número de itens aumenta, o alfa também aumenta<sup>8</sup>, pode-se afirmar com segurança que estes dois itens com este alfa reúnem condições para juntos constituírem a dimensão “**Satisfação com a Vida**”.

A dimensão “Satisfação com a Vida” (mais a frente aparecerá nos quadros como “satisfação\_vida” por uma questão prática no tratamento dos dados), constituída pelos dois itens acima citados, pretende avaliar qual o grau de satisfação e felicidade dos inquiridos relativamente à sua vida e doravante, quando se referenciar esta dimensão, está implícito o conceito que estes dois itens juntos, constituem.

Relativamente à quantificação das respostas destes dois itens, foram dadas numa escala de Lickert de 0 (Zero) a 10 (dez), em que 0 (zero) corresponde ao “Extremamente Infeliz” e o 10 (dez) ao “Extremamente Feliz”.

---

<sup>8</sup> Ainda não existe na literatura um valor definitivo a partir do qual se considere aceitável o valor do alfa, não existindo por isso, um rácio concreto entre um valor exacto de variáveis e o respectivo valor de corte. Porém, é amplamente aceite que este valor depende do número de itens: quanto maior o número de itens, maior será o alfa. Da mesma forma que, para um baixo número de itens um alfa de 0.70 já é considerado como um indicador de consistência interna, (Field, 2005). Foi essa a lógica estatística usada neste estudo.

#### 4.1.2. Dimensão Satisfação com a Vida Política

Os itens que inicialmente e numa perspectiva teórica, faziam sentido para avaliar a **satisfação e a confiança com a vida política** eram sete:

1. *Confia na assembleia da república;*
2. *Confia nos políticos?*
3. *Confia nos partidos políticos?*
4. *Confia no parlamento europeu?*
5. *Estou satisfeito (a) com o estado actual da economia;*
6. *Estou satisfeito(a) com a forma como o governo está actuar;*
7. *Estou satisfeito(a) com o funcionamento da democracia;*

O alfa de cronbach para estes sete itens foi de .896. A análise factorial exploratória para estes sete itens resultou numa solução de apenas um factor, que explica 62% da variância total, tal como se pode verificar pelas tabelas que se seguem:

Componentes	Auto- valores iniciais			Somadas dos quadrados das saturações após rotação		
	Total	% da variância	Cumulativa %	Total	% da Variância	Cumulativa %
1	4,344	62,057	<b>62,057</b>	4,344	62,057	62,057
2	,897	12,821	74,878			
3	,505	7,212	82,090			
4	,484	6,915	89,005			
5	,346	4,944	93,949			
6	,310	4,426	98,375			
7	,114	1,625	100,000			

**Tabela 6. Variância total explicada:** Análise de Componentes Principais

Contudo, e tendo em conta que estávamos numa fase ainda exploratória, decidiu-se pedir a consistência interna e constatou-se que todos os itens, exceptuando “*confiança no parlamento europeu*” baixavam o alfa. Posto isto, resolveu-se pedir um novo teste à consistência interna – alfa de cronbach – aos restantes 6 itens (excluindo-se o item em causa). O que resultou numa subida ligeira do alfa de 8,96 para 9. Aliado a

estes novos resultados, este item era o que apresentava a mais baixa comunalidade (0,438) (poder de explicação de determinada variável pela solução factorial). Adicionalmente, este era também o item com a saturação mais baixa (0,662), tal como se pode verificar na tabela 7.

	Componentes
	1
Confiança nos políticos	,883
Confiança partidos políticos	,878
Confiança no parlamento nacional	,849
Quão satisfeito com a democracia nacional	,773
Quão satisfeito com o governo nacional	,752
Quão satisfeito com o estado da economia nacional	,688
Confiança no Parlamento Europeu	(saturação),662

**Tabela 7. Matriz dos componentes rodados:** Análise de Componentes Principais

a. 1 Componente extraído.

Posto este exercício, decidiu-se pedir uma nova análise factorial apenas com os 6 itens (exclui-se o item “*confiança no parlamento europeu*” pelas razões anteriormente apontadas), que validou novamente a solução de apenas 1 factor, que como se pode verificar na tabela 8, explica 67% da variância total.

Componente	Auto- valores			Somadas dos quadrados das saturações após rotação		
	Total	% da Variância	Cumulativa %	Total	% da Variância	Cumulativa %
1	4,011	66,851	66,851	4,011	66,851	66,851
2	,745	12,424	79,275			
3	,476	7,942	87,216			
4	,344	5,730	92,947			
5	,311	5,190	98,137			
6	,112	1,863	100,000			

**Tabela 8. Variância Total Explicada:** Análise de Componentes Principais.

	Componente
	1
Confiança nos políticos	,880
Confiança partidos políticos	,871
Confiança no parlamento nacional	,841
Quão satisfeito com a democracia nacional	,795
Quão satisfeito com o governo nacional	,784
Quão satisfeito com o estado presente da economia nacional	,723

**Tabela 9. Matriz dos Componentes Rodados:** Análise de Componentes Principais

a. 1 Componente extraído.

Estes resultados aliados a uma perspectiva teórica ganham sentido, pois se atentarmos, todos os restantes 6 itens (*confia na assembleia da república; Nos políticos? Nos partidos políticos; Estou satisfeito (a) com o estado actual da economia; Estou satisfeito(a) com a forma como o governo está actuar; Estou satisfeito(a) com o funcionamento da democracia*), aludem directamente à dinâmica do País referente ao inquirido, havendo por isso um maior sentido de pertença e proximidade reflectida na resposta dos inquiridos. Já ao item “*confiança no parlamento europeu*”, remete para um conceito mais abstracto e conseqüentemente, uma sensação de menor impacto e proximidade com a instituição referida.

Podemos constatar então que a análise exploratória dá suporte a uma estrutura prevista de 1 único factor mas de apenas 6 itens, com um alfa de cronbach de, 9, que se optou por nomear de “**Satisfação\_ Política**”.

Esta nova dimensão criada, constituída pelos 6 itens acima citados, pretende aglomerar numa única definição “Satisfação\_ Política”, a confiança e a satisfação que os inquiridos de cada país retratado neste estudo (Portugal e Suécia), mostram ter relativamente às suas instituições de índole política (como: políticos, partidos políticos e parlamento nacional, democracia, governo e estado económico).

No que respeita à quantificação de resposta, todos os 6 itens desta dimensão encaixam-se na escala de lickert que vai de: “0” (Zero) a “10” (dez), sendo que os 3 itens referentes à “confiança” (parlamento nacional; políticos; partidos políticos), o “0” (zero) corresponde “sem confiança nenhuma” e o “10” (dez), corresponde “completa confiança”. Quanto aos restantes 3 itens, os da “satisfação” (estado da economia;

governo nacional; funcionamento da democracia), o “0” corresponde “extremamente insatisfeito” e finalmente o “10” (dez) ao “extremamente satisfeito”.

#### **4.1.3. Dimensão Protecção Social**

Inicialmente a escala que pretendia avaliar a satisfação com as medidas de protecção e justiça social, era constituída por 29 itens. Após a realização das médias e correlações a todos estes itens, a escala foi encurtada para 20 – foram eliminados os itens com baixas correlações.

Posto isto, o passo seguinte consistiu em pedir uma análise factorial aos 20 itens, para ver qual a divisão itens por factores (Tabela 10).

Componente	Valores iniciais			Somados dos quadrados das saturações após rotação			Somados dos quadrados das saturações após rotação		
	Total	% da Variância	Cumulativa %	Total	% Variância	Cumulativas %	Total	% Variância	Cumulativas %
1	5,141	25,703	25,703	5,141	25,703	25,703	3,649	18,244	18,244
2	3,533	17,663	43,366	3,533	17,663	43,366	3,278	16,392	34,636
3	1,408	7,042	50,408	1,408	7,042	50,408	2,322	11,611	46,247
4	1,240	6,202	56,610	1,240	6,202	56,610	1,632	8,158	54,405
<b>5</b>	<b>1,108</b>	<b>5,540</b>	<b>62,150</b>	<b>1,108</b>	<b>5,540</b>	<b>62,150</b>	<b>1,549</b>	<b>7,745</b>	<b>62,150</b>
6	,916	4,579	66,730						
7	,740	3,700	70,430						
8	,628	3,142	73,571						
9	,612	3,058	76,629						
10	,591	2,953	79,582						
11	,576	2,879	82,461						
12	,501	2,504	84,965						
13	,491	2,454	87,418						
14	,454	2,270	89,688						
15	,428	2,139	91,827						
16	,402	2,010	93,837						
17	,358	1,789	95,626						
18	,329	1,645	97,271						
19	,313	1,566	98,838						
20	,232	1,162	100,000						

**Tabela 10. Variância Total Explicada: Análise de componentes principais**

Tal como se pode verificar pela tabela 10, a análise factorial resultou num agrupamento dos 20 itens por 5 factores, que explicam aproximadamente 62% da variância total.

Apresentam-se agora os 5 factores/dimensões com os respectivos itens, que resultaram desta análise factorial e que juntos acabam por reunir condições para constituem a escala final, “ Protecção\_Social”. Importa referir que, de forma a facilitar a compreensão de cada factor (ou seja, cada agrupamento de itens), decidiu-se intitular cada um, respeitando a logica teórica dos itens que o compõe.

**1º Factor: “Responsabilidade \_ Governo” - respectivos itens:**

1. A empregabilidade deve ser responsabilidade do governo;
2. O nível de vida dos reformados deve ser responsabilidade do governo;
3. O nível de vida dos idosos deve ser responsabilidade do governo;
4. Serviços de cuidado a crianças para pais trabalhadores, deve ser responsabilidade do governo;
5. Famílias que estejam a cuidar de familiares incapacitados/doentes/dependentes deviam ser monetariamente compensadas pelo governo;
6. Os cuidados de saúde devem ser responsabilidade do governo.

**2º Factor: “Situação \_ Atual” – respectivos itens:**

1. Como avalia o serviço de saúde do seu País?
2. Como avalia o sistema educativo do seu País?
3. Até que ponto, o sistema de saúde é, na sua opinião, eficiente?

**3º Factor: “Benefícios \_ Sociais” – respectivos itens:**

1. Os benéficos sociais previnem a pobreza;
2. Os benefícios sociais conduzem a uma sociedade mais igualitária;

**4º Factor: “ Situação \_ Social”- respectivos itens:**

1. Em cada 100 pessoas com idade para trabalhar, quantas diria que estão desempregadas e à procura de emprego?
2. Em cada 100 pessoas com idade para trabalhar, quantas diria que não têm dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades básicas?
3. O que pensa, em geral, do nível de vida dos pensionistas e reformados?

4. O que pensa, em geral, do nível de vida dos desempregados?

5. O que pensa, em geral, da oferta de serviços de cuidados às crianças, a preços acessíveis para pais trabalhadores?

6. O que pensa em geral das oportunidades de primeiro emprego a tempo inteiro para os jovens?

7. Os benefícios, são insuficientes para ajudar as pessoas realmente necessitadas.

**5º Factor: “Preocupação\_Futura”** - respectivos itens:

1. Em que medida acha provável surgirem momentos em que o dinheiro não lhe chegue para cobrir as necessidades do agregado familiar.”;

2. Qual a probabilidade de não receber cuidados de saúde de que realmente necessita se ficar doente;

Após este exercício, o passo seguinte consistiu em pedir uma análise da consistência interna, a cada uma das 5 dimensões. O resultado - o alfa de Cronbach - para cada uma das 5 dimensões é apresentado na tabela 11.

<b>Subdimensões</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>
<b>Responsabilidade_Governo</b>	<b>855</b>
<b>Situação_Atual</b>	<b>754</b>
<b>Beneficios_Sociais</b>	<b>684</b>
<b>Situação_Social</b>	<b>801</b>
<b>Preocupação_Futura</b>	<b>656</b>

**Tabela11. Indicadores da Consistência Interna das Subdimensão da Protecção Social**

A escala que pretende avaliar o que numa fase inicial entendíamos como “**Almofada Social**”, conceito atribuído à ideia primária que ambicionava englobar e avaliar a opinião dos inquiridos acerca dos diferentes serviços e apoios sociais disponibilizados pelo Estado (tais como, cuidados de saúde, educação, pensões e

segurança social), tanto no momento actual, como a previsão que cada inquirido fazia para o futuro acerca dos mesmos serviços, é constituída por 5 sub-escalas, ou seja, 5 dimensões. **1)** Denominada de “**Responsabilidade\_Governo**”, é uma subdimensão que pretende apurar a opinião dos inquiridos acerca da responsabilidade que o governo deve ter em facilitar a empregabilidade, melhorar o nível de vida dos desempregados, reformados e idosos, em proporcionar aos pais trabalhadores serviços que tomem conta dos filhos permitindo-lhes conciliar parentalidade com as responsabilidades profissionais, assim como apoios às famílias que estejam a tomar conta de familiares incapacitados. **2)** A subdimensão “**Situação\_Atual**”, tenciona englobar a satisfação que os inquiridos dizem ter relativamente à qualidade e eficiência quanto aos serviços de saúde assim como o sistema educativo do seu país. **3)** “**Benefícios\_Sociais**”, é outra subdimensão que procura saber até que ponto os inquiridos concordam que estes contribuem para prevenir a pobreza assim como, para uma sociedade mais igualitária. **4)** “**Situação\_Social**”, é uma subdimensão que pretende aferir até que ponto os inquiridos concordam/ estão satisfeitos com os benefícios proporcionados pelo estado às pessoas que realmente são carenciadas; se o estado proporciona oportunidade para os jovens conseguirem o primeiro emprego; se existe um número preocupante de pessoas desempregadas à procura de emprego e de pessoas sem dinheiro para as necessidades básicas; se os pais que trabalham tem serviços de cuidados a crianças a preços acessíveis; se o nível de vida dos desempregados e reformados é satisfatório (no país referente ao inquirido. **5)** A subdimensão “**Preocupação\_Futura**”, que pretende abordar a opinião dos inquiridos quanto à possibilidade de não virem a ter dinheiro suficiente, nos 12 meses que se seguirem ao questionário, para despesas mensais fixas, assim como, não terem dinheiro para cuidados de saúde.

Concluindo, os itens relativos à satisfação dos inquiridos quanto às diferentes medidas de protecção social, encontram-se agora distribuídos por estas 5 subdimensões, que juntas, permitem-nos avaliar o que posteriormente decidiu-se denominar de “**Protecção Social**”.

Relativamente à quantificação de respostas, a dimensão “**Protecção\_Social**” encontra-se subdivida em cinco subdimensões e com isso, um grande número de itens, o que resultou numa variação da tipologia de resposta. Assim sendo, três das cinco

subdimensões, tal seja: “Responsabilidade\_Governo”; “Situação\_Social” e “Situação\_Atual”, apresentam uma escala de lickert que, à semelhança das anteriores, vai de 0 a 10 de grau crescente em que 0 = “extremamente insatisfeito/ extremamente mau, a 10 = “extremamente satisfeito/extremamente bom”, respectivamente. As restantes subdimensões: “Benefícios\_Sociais” e “Preocupação\_Futura”, apesar de também apresentarem uma escala de lickert, estas variam de 1 (“concordo totalmente”) a 5 (“discordo totalmente”) e de 1 (“nada provável”) a 4 (“muito provável”), respectivamente.

#### **4.2.Médias Comparativas: Portugal e Suécia**

Para cada dimensão, “Satisfação\_Vida”, “Satisfação\_Política” e **subdimensões da dimensão “Protecção\_Social”** (Responsabilidade\_Governo; Situação\_Social; Preocupação\_Futura; Benefícios\_Sociais e Situação\_Atual), foram calculadas a média, a moda e o desvio-padrão, de forma a apurar as diferenças entre as referidas dimensões, em cada amostra do país alvo deste estudo: Portugal e Suécia.

Procurou-se também perceber as diferenças entre a amostra Portuguesa e Sueca quanto às dimensões referidas. Para tal, realizaram-se *t testes* no sentido de verificar se existem diferenças, entre médias, estatisticamente significativas.

Além disso, reportamos o valor da magnitude de efeito por se considerar uma medida estatística descritiva útil e importante, no sentido que auxilia o leitor a melhor entender a relevância dos resultados obtidos. Assim, quanto maior o tamanho do efeito, maior será o impacto ou a contribuição que cada variável tem no resultado final, sendo na opinião de Lindenau e Guimarães (2012), tão importante quanto testar a significância estatística. Para nos balizarmos quanto ao tamanho de efeito, decidiu-se usar a grelha de leitura genericamente aceite de Cohen (1988), em que um  $r=.10$  é considerado um efeito pequeno (explica apenas 1% da variância), um  $r=.30$  é um efeito médio (explica 9% da variância) e finalmente um  $r=.50$  é considerado um efeito grande (explica 25% da variância).

	País	N	Média	Desvio-padrão	Erros Padrão
Satisfação_Vida	Portugal	2364	<b>6,0192</b>	1,94713	<b>,04005</b>
	Suécia	1830	<b>7,8429</b>	1,55606	<b>,03637</b>
Satisfação_Política	Portugal	2360	<b>3,0376</b>	1,69181	<b>,03483</b>
	Suécia	1829	<b>5,2764</b>	1,57880	<b>,03692</b>
Resp_Governo	Portugal	2364	<b>8,1210</b>	1,53859	<b>,03164</b>
	Suécia	1823	<b>7,7293</b>	1,30950	<b>,03067</b>
Benefícios_Sociais	Portugal	2254	<b>2,6205</b>	,85877	<b>,01809</b>
	Suécia	1806	<b>2,4009</b>	,66314	<b>,01560</b>
Situação_Social	Portugal	2364	<b>3,3401</b>	1,39422	<b>,02868</b>
	Suécia	1829	<b>5,6955</b>	1,13750	<b>,02660</b>
Situação_Futura	Portugal	2277	<b>2,3981</b>	,71433	<b>,01497</b>
	Suécia	1824	<b>1,6612</b>	,57851	<b>,01355</b>
Situação_Atual	Portugal	2363	<b>4,3557</b>	1,68127	<b>,03459</b>
	Suécia	1827	<b>5,9683</b>	1,62229	<b>,03795</b>

Tabela 12. Média e desvio-Padrão de cada dimensão, na amostra Portuguesa e Sueca.

Como se pode verificar na tabela 12, os inquiridos suecos ( $M= 7,84$ ,  $SE= 0,36$ ), estão bastante mais **satisfeitos com a vida comparativamente aos portugueses** ( $M= 6,01$ ,  $SE=,046$ ). Esta diferença entre médias é estatisticamente significativa ( $t(4187) = -33,708$ ,  $p < 0,05$ ), e apresenta uma magnitude de efeito de  $r=0,46$ , o que significa que explica 21% da variância, estando desta forma muito próximo do que Cohen (1988), definiu como sendo um grande efeito.

Quanto à **satisfação com a vida política, os Suecos** ( $M= 5,27$ ,  $SE= 0,03$ ) **pontuam valores mais altos que os portugueses** ( $M= 3,03$ ,  $SE =0,03$ ); esta desigualdade de médias é ainda reforçada após aplicação do teste *t*, que resultou numa diferença estatisticamente significativa ( $t(4046) = 44,114$ ,  $p < 0,05$ ) e **com uma magnitude de efeito grande** ( $r= 0,56$ ). O que traduzido, revela que os suecos apresentam uma maior satisfação e confiança, em detrimento dos portugueses, com a situação económica do seu país, com a sua estrutura de governo; funcionamento da democracia e dos partidos políticos.

No que diz respeito à dimensão “**Protecção social**” que está subdividida em 5 dimensões (Responsabilidade\_Governo; Benefícios\_Sociais; Situação\_Atual; Preocupação\_Futura; Situação\_Social), existem diferenças interessantes a serem exploradas.

No que concerne à subdimensão “**Responsabilidade\_Governo**”, apesar da magnitude de efeito ser relativamente baixa ( $t(4144) = 8,890, p < 0,05, r = 0,13$ ), **é mais defendida pelos portugueses (M= 8,12, SE=0,031), do que os suecos (M= 7,72, SE = 0,03)**. O que significa que amostra portuguesa, comparativamente à amostra sueca, é a que mais considera que o governo deve ter uma maior responsabilidade, um papel mais “paternalista” no que concerne a apoiar os desempregados, os reformados, assim como, oferecer serviços que permitam aos pais trabalhadores conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos e prover apoios a famílias que tenham doentes/incapacitados ao seu encargo.

Relativamente à dimensão “**Benefícios Sociais**”, ( $t(4052) = 9,191, p < 0,05, r = 0,14$ ), é importante notar que embora a magnitude de efeito seja baixa, são efectivamente **os portugueses (M= 2,62, SE= 0,018) que mais discordam que os benefícios sociais podem prevenir a pobreza e contribuir para uma sociedade mais igualitária, comparativamente aos Suecos (M=2,40, SE=0,015)**. Como referido, a magnitude de efeito não é expressiva. Contudo, não deixa de marcar a diferença, ainda que ténue, entre ambas as amostras.

No que respeita a subdimensão “**Situação Social**” **os portugueses (M= 3,34, SE= 0,028) manifestam um maior desagrado, ou seja, uma menor satisfação com o apoio percebido pelo Estado, comparativamente com os Suecos (M= 5,69, SE=0,026)**. A diferença entre as duas amostras é estatisticamente significativa ( $t(4179) = -60,223, p < 0,05$ ), sendo a **magnitude deste efeito bastante elevada ( $r=0,682$ )**. O que faz destes dados os mais pronunciados desta dimensão e talvez os mais elucidativos acerca das diferenças entre ambos os países. São efectivamente os portugueses, quem menos satisfeitos estão, bastante menos satisfeitos, com os apoios providos pelo Estado no que concerne ao seu papel de modelador, gestor, promotor e organizador de serviços públicos. Estes dados mostram bastante bem o desagrado e sensação de falta de apoio do Estado, em comparação aos Suecos.

Quanto à subdimensão “**Preocupação\_Futura**”, mais uma vez são **os portugueses que em termos médios (M= 2,39, SE=0,014), estão mais pessimistas comparativamente aos suecos (M = 1,66, SE= 0,013)**. Apesar de a diferença entre ambas as médias ( $r = 0,49$ ) ser considerada média, é importante reforçar que este valor explica 24% da variância estando, desta forma, mesmo no limite do que é considerado, uma grande magnitude de efeito, de acordo com a já referida grelha de Cohen (1988). O que nos permite dizer que os inquiridos portugueses, em comparação com os Suecos, são os que mais encaram a possibilidade de não virem a ter dinheiro suficiente (nos 12 meses que se seguiram ao questionário), para despesas mensais fixas e para cuidados de saúde, como a que mais lhes afecta a satisfação com a vida ( $t(4098) = 36,502, p < 0,05$ ).

Por último, no que alude à “**Situação\_Atual**”, também é de notar a diferença de percepção entre os dois países. Apesar da magnitude de efeito ser moderada, ( $t(4188) = -31,261, p < 0,05, r = 0,43$ ), **os portugueses (M= 4,35, SE= 0,034) estão menos satisfeitos do que os Suecos (M= 5,95, SE= 0,037)** relativamente à situação actual do país referente, mais concretamente, com os serviços prestados na área da saúde e da educação.

### 4.3. Regressões

Após a apresentação de todo o processo envolvente na criação das subescalas, pretende-se agora verificar quais as variáveis realmente predictoras da Satisfação com a Vida, quando os efeitos das restantes são também controlados. As análises de regressão múltipla são técnicas estatísticas que exploram como a variável dependente (que no caso deste estudo corresponde à “Satisfação\_Vida”), se relaciona com as independentes (que também neste estudo específico correspondem à “Satisfação\_Política” e à “Protecção\_Social”). Para tal, efectuámos análises de regressão múltipla sobre a satisfação com a vida, usando então como predictoras as dimensões anteriormente descritas: “Satisfação\_Política” e “Protecção\_Social” (representada pelas 5 subescalas).

Optou-se por elaborar 3 modelos gerais: um relativo a Portugal, outro à Suécia e um último a ambos os países juntos, por se considerar mais enriquecedor explorar as diferenças entre os dois países nas possíveis variáveis predictoras.

### 4.3.1.Portugal

Na regressão de Portugal, o primeiro modelo é estatisticamente significativo ( $F=83,852$ ,  $p < .05$ ) e explica aproximadamente 10% da variância ( $R$ -quadrado  $=,104$ ;  $R$ -quadrado ajustado  $=,103$ ). O segundo modelo também se mostra significativo ( $F=76,183$   $p < .05$ ), e explica aproximadamente 24% da variância ( $R$ -quadrado $=,241$ ,  $R$ -quadrado ajustado $=,238$ ), o que revela uma melhoria significativa, relativamente ao 1º modelo na predição da variável dependente. A tabela 13 (página seguinte) apresenta o valor dos coeficientes de cada variável na regressão e o respectivo nível de significância.

**Coefficientes<sup>a,b</sup>**

Modelo	Coeficientes não-estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.	
	B	dv. Erro	Beta			
1	(Constante)	7,217	,210		34,341	,000
	<b>Sexo</b>	-,237	,081	<b>-,060</b>	-2,942	<b>,003</b>
	<b>Idade</b>	-,022	,002	<b>-,227</b>	-9,835	<b>,000</b>
	<b>Hab. Literárias</b>	,103	,018	<b>,131</b>	5,690	<b>,000</b>
2	(Constante)	7,827	,416		18,813	,000
	<b>Sexo</b>	-,169	,075	<b>-,043</b>	-2,263	<b>,024</b>
	<b>Idade</b>	-,020	,002	<b>-,204</b>	-9,564	<b>,000</b>
	<b>Habilitações literárias</b>	,044	,017	<b>,056</b>	2,534	<b>,011</b>
	<b>Sat_Politica</b>	,168	,027	<b>,147</b>	6,294	<b>,000</b>
	<b>Governo_resp</b>	,075	,026	<b>,060</b>	2,830	<b>,005</b>
	<b>Beneficios_Soc.</b>	-,152	,042	<b>-,068</b>	-3,583	<b>,000</b>
	<b>Situacão_Social</b>	-,026	,033	-,019	-,796	,426
	<b>Preocupação_Futura</b>	-,741	,057	<b>-,267</b>	-13,090	<b>,000</b>
<b>Situacão_Atual</b>	,120	,024	<b>,104</b>	4,907	<b>,000</b>	

**Tabela 13. Modelo de regressão das varáveis independentes na satisfação com a vida, na amostra Portuguesa.**

Como se pode observar no primeiro modelo, todas as variáveis demográficas contribuem para explicar a satisfação com a vida. Contudo, **o sexo e a idade**, contribuem no sentido negativo. Ou seja, genericamente os sujeitos do sexo **feminino e mais velhos**, estão **menos satisfeitos com a vida**. Adicionalmente, a **variável das habilitações literárias** contribui para explicar positivamente a variável dependente, o que significa que **quanto maior é o nível académico, maior a satisfação com a vida**.

No entanto, quando as restantes variáveis são acrescentadas (2º modelo), as variáveis sociodemográficas, apesar do valor *beta* mais baixo, continuam a contribuir

para explicar a satisfação com a vida. Relativamente às **variáveis não demográficas**, destaca-se pelo seu beta mais elevado (-267) a “**Preocupação\_Futura**” no sentido negativo; i.e. quanto maior é a dúvida quanto ter ou não ter dinheiro no futuro para a realização de despesas mensais obrigatórias e para cuidados de saúde, menor é a satisfação com a vida. Segue-se a “**Satisfação\_Política**” e a “**Situação\_Atual**”, também no sentido positivo, o que significa que quanto maior a confiança no parlamento, nos partidos e respectivos políticos, assim como uma maior satisfação com a democracia, com o governo nacional, com o estado da economia nacional, com o serviço de saúde e educacional, maior a satisfação com a vida.

As variáveis que não atingiram significância estatística, por adquirem a mesma importância do ponto de vista de uma maior compreensão das variáveis que mais se relacionam com a satisfação com a vida, também são importantes de destacar. Deste modo, a “**Situação\_Social**”, enquadra-se nesta categoria de não ter atingido significância estatística, o que pode significar que a satisfação ou insatisfação com os benefícios sociais, com o nível dos pensionistas, dos desempregados, dos pais trabalhadores sem serviços de cuidados a preços acessíveis, dos jovens à procura do 1º emprego, das pessoas que não tem dinheiro suficiente para cobrirem as suas necessidades elementares, **não tem impacto, ou não explicam uma maior satisfação com a vida, na amostra Portuguesa.**

#### 4.3.2.Suécia

Na regressão à Suécia, o primeiro modelo é estatisticamente significativo ( $F=3,289, p <.05$ ) e explica aproximadamente 0,4% da variância ( $R\text{-quadrado} = 0.006$ .  $R\text{-quadrado ajustado} = 0,004$ ). Contudo, a entrada de novas variáveis, 2º modelo, ( $F=27,896, p <.001$ ) traduz-se num aumento considerável da variância explicada para 12 % ( $R\text{-quadrado} =.124$ ,  $R\text{-quadrado ajustado} =.119$ ). Na tabela 14, apresenta-se o valor dos coeficientes de cada variável na regressão e o respectivo nível de significância.

Coeficientes<sup>a,b</sup>

Modelo		Coeficientes Não estandardizados		Coeficientes Estandarizados	t	Sig.	
		B	Std. Error	Beta			
1	(Constante)	7,569	,170		44,582	,000	
	<b>Sexo</b>	,138	,074	,045	1,877	<b>,061</b>	
	<b>Idade</b>	,004	,002	,044	1,825	<b>,068</b>	
	<b>Habilitações literárias</b>	-,014	,011	-,030	-1,251	<b>,211</b>	
2	(Constante)	6,321	,408		15,508	,000	
	<b>Sexo</b>	,208	,071	<b>,067</b>	2,921	<b>,004</b>	
	Idade	,001	,002	,017	,737	,461	
	<b>Habilitações literárias</b>	-,036	,011	<b>-,079</b>	-3,267	<b>,001</b>	
	<b>Sat_Política</b>	,188	,027	<b>,190</b>	7,050	<b>,000</b>	
	Proteção	Governo_resp	,042	,028	,035	1,505	,133
		<b>Benefícios Sociais</b>	,134	,054	<b>,057</b>	2,495	<b>,013</b>
	Social	Situação_Social	,045	,037	,032	1,193	,233
		<b>Preocupação_Futura</b>	-,531	,063	<b>-,197</b>	-8,437	<b>,000</b>
	Situação_Atual	,067	,024	<b>,069</b>	2,780	<b>,005</b>	

**Tabela 14. Modelo de regressão das variáveis independentes na satisfação com a vida, na amostra Suécia.**

Como se pode observar no primeiro modelo, as variáveis demográficas no seu conjunto não atingem a significância estatística. No entanto, quando as restantes variáveis são acrescentadas (2º modelo), as variáveis demográficas<sup>9</sup> como o **sexo** e as **habilitações literárias** ganham importância estatística ( $p < .05$ ) e contribuem para explicar a satisfação com a vida.

O que significa que neste modelo, as **mulheres estão mais satisfeitas com a vida do que os homens**. Por outro lado, as habilitações literárias contribuem para explicar a satisfação com a vida no sentido negativo, o que se traduz numa maior **insatisfação com a vida à medida que cresce o grau académico**.

No que respeita as restantes variáveis, as não demográficas, o estilo de resposta é semelhante à amostra Portuguesa. Destaca-se assim pelo maior beta (-197) a

<sup>9</sup> As variáveis demográficas podem ter ganho significância estatística no 2ª modelo apenas por se estarem a relacionar com as outras variáveis, de modo, que eram precisas outras análises, que não cabem nos limites de uma tese de mestrado, para apurar essa relação.

“**Preocupação\_Futura**” no sentido negativo, seguindo-se a “**Satisfação\_Política**”, a “**Situação\_ Atual**” e os “**Benefícios\_ Sociais**” no sentido positivo, respectivamente. Estes resultados querem dizer que, entre os Suecos que constituem a amostra, os que **mais** consideram a possibilidade de não virem a ter dinheiro para as despesas mensais fixas e para serviços de saúde, são os **menos** satisfeitos com a vida. Por outro lado, aqueles que se consideram mais satisfeitos com a vida política do seu país, assim como, com a qualidade dos serviços de saúde e de educação, são os mais satisfeitos com a vida.

A outra variável que também se revela com boa capacidade preditiva da satisfação com a vida é a dos “**Benefícios\_ Sociais**”. O que quer dizer, que os Suecos que mais consideram que o aumento de benefícios sociais iria prevenir a pobreza e tornar a sociedade mais igualitária, são também os que estão mais satisfeitos com a vida.

Quanto às variáveis que não atingiriam significância estatística, à semelhança do modelo português, também para a Suécia se destaca a “**Situação\_Social**”. O que quer dizer, que esta variável não tem poder preditivo na satisfação com a vida, tanto para Portugal como para a Suécia.

#### **4.3.3. Portugal e Suécia**

No que respeita a amostra conjunta (Portugal + Suécia) quer o primeiro, quer o segundo modelo, são estatisticamente significativos ( $F= 159,385$ ,  $p <.001$  e  $F= 209,013$ ,  $p <.001$ , respectivamente) explicando, respectivamente, 11% ( $R\text{-quadrado} =.108$ ,  $R\text{-quadrado ajustado}= 0.107$ ) e aumentando com adição do 2º modelo para 32% da variância explicada ( $R\text{-quadrado}=.0323$ ,  $R\text{-quadrado ajustado}=.321$ ), o que se traduz num aumento considerável de 21%.

Modelo	Coeficientes				Sig.
	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados		
		td. Erro	Beta		
(Constante)	,855	144		7,674	000
<b>Sexo</b>	,228	060	<b>-,057</b>	3,787	<b>000</b>
<b>Idade</b>	,010	002	<b>-,096</b>	5,959	<b>000</b>
<b>Habilitações Literárias</b>	157	009	<b>,274</b>	7,086	<b>000</b>
(Constante)	,741	283		3,788	000
Sexo	,017	053	<b>-,004</b>	,316	752
<b>Idade</b>	,011	001	<b>-,110</b>	7,832	<b>000</b>
<b>Habilitações literárias</b>	020	009	<b>,035</b>	,172	<b>030</b>
<b>Satisfação _Política</b>	191	019	<b>,192</b>	,878	<b>000</b>
<b>Governo_responsb.</b>	082	019	<b>,060</b>	,249	<b>000</b>
Benefícios_Sociais	,045	034	-,018	1,344	179
<b>Situação_Social</b>	076	023	<b>,066</b>	,294	<b>001</b>
<b>Preocupação_ Futura</b>	,798	042	<b>-,297</b>	19,034	<b>000</b>
<b>Situação_ Atual</b>	117	018	<b>,108</b>	,681	<b>000</b>

Tabela 15. Modelo de regressão múltipla das variáveis independentes na satisfação com a vida, em Portugal e Suécia.

Tal como se pode verificar pela tabela 15, no primeiro modelo, todas as variáveis demográficas são preditoras da Satisfação com a vida: as **mulheres**, as pessoas **mais velhas** e os **que possuem mais habilitações literárias são os que menos satisfeitos estão com a vida.**

No segundo modelo a variável “**sexo**” perde a sua significância estatística. No entanto a variável **idade** e as **habilitações literárias** mantêm o seu valor preditivo, sendo que, neste 2º modelo, o beta da variável idade é bastante expressivo (-110) e de todas, é a que mais contribui para explicar a satisfação com a vida. Ou seja, as pessoas mais velhas e com mais habilitações literárias, são as que estão menos satisfeitas com a vida.

Quanto às restantes variáveis, as não demográficas, a “**Preocupação\_Futura**” mostra-se a mais preditora da Satisfação com a Vida (beta de - 297) no sentido negativo, seguindo-se a “**Satisfação\_Política**” (beta=192) e a “**Situação\_Atual**” (108). O que significa que a possibilidade de não se vir a ter dinheiro suficiente para despesas do agregado familiar e para a saúde, afectam negativamente a satisfação vida. Por outro lado, a confiança e satisfação com os partidos políticos e respectivos políticos, com o parlamento, com o funcionamento da democracia e governo nacional, assim como com o estado actual dos serviços de saúde e de escolarização, explicam uma maior satisfação com a vida. Por último, uma maior **responsabilização do governo** pelos desempregados, idosos; no apoio a pais trabalhadores e às famílias que estejam a cuidar de pessoas debilitadas, à procura de emprego é considerada pela amostra conjunta, no sentido de contribuírem positivamente para a satisfação com a vida. Outra variável que se revela preditora da satisfação com a vida é a “**Situação\_Social**”; quanto melhor o nível de vida dos desempregados, dos reformados, dos serviços de apoio a pais trabalhadores, dos benéficos a pessoas realmente necessitadas, assim como oportunidades de arranjar primeiro emprego, maior a satisfação com a vida.

Por se tornar igualmente relevante no entendimento da satisfação com a vida, importa referir que/quais variável/variáveis não atingiram significância estatística. Neste modelo conjunto, a subdimensão “**Benefícios\_Sociais**” não contribui para explicar uma maior satisfação com a vida. O que quer dizer, que esta amostra não considera que mais benefícios sociais contribuam para uma sociedade mais igualitária ou menos pobre.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados irá assumir a estrutura e a ordem que assumiu na apresentação dos mesmos por se considerar, além de mais congruente, a melhor forma de concluir este processo reflexivo e subjectivo que é a discussão. Uma vez que os dados de cada variável já foram descritos de forma pormenorizada na descrição dos resultados (“4. RESULTADOS”), e tendo em conta que a discussão remete, essencialmente, para os que definem e singularizam o estudo, irão apenas ser descritos aqueles considerados mais relevantes para as conclusões do mesmo, tendo sempre em atenção que esta é parte mais subjectiva e pessoal do trabalho.

### **Análises descritivas:**

Assim sendo, no que concerne à primeira dimensão e simultaneamente à nossa variável dependente “**Satisfação\_Vida**”, a realização do *t teste* permitiu verificar diferenças estatísticas entre as médias das duas amostras, ao revelar que os Portugueses ( $M=6,01$ ) estão menos satisfeitos com a vida do que os Suecos ( $M=7,84$ ), com uma magnitude de efeito ( $r=0,46$ ) que consegue explicar 21% da variância. O que dentro dos valores de Cohen (1988), está bastante perto do que é considerado um efeito elevado! Estes resultados encontram eco na generalidade da literatura, de acordo com o relatório OCDE (2013), que procurou avaliar o bem-estar- subjectivo em 36 Países, revelou que Portugal encontra-se no 27.º lugar, enquanto Austrália, Suécia, Noruega, Suíça e Canadá ocupam o topo da lista, respectivamente.

Quanto à segunda dimensão “**Satisfação\_Política**”, os resultados mostraram diferenças estatísticas entre ambas as amostras e com uma magnitude de efeito elevada ( $r=0,56$ ), com os inquiridos Suecos ( $M=5,27$ ) a mostrarem maior satisfação com a estrutura política e situação económica do seu País, quando comparados com os Portugueses ( $M=3,03$ ). De acordo com Inglehart & Klingemann (2000), um factor explicativo para estas desigualdades, prende-se com os estilos de actuação governamental e com a satisfação das respectivas das medidas políticas. Segundo estes autores, a atitude dos cidadãos em relação às estruturas políticas depende do impacto e do funcionamento concreto tanto dos governos como dos líderes políticos. Se estes forem capazes de promover universalismo, imparcialidade e justiça garantindo que os

interesses dos cidadãos são tidos em conta, então a satisfação e confiança tanto nos políticos como nas instituições é maior. Se por outro lado, prevalecer a ineficiência institucional, generaliza-se a insatisfação dos cidadãos, assim como, práticas de corrupção e desrespeito ao interesse público.

Quanto às 5 subdimensões da “**Protecção\_Social**” destacam-se a “**Situação\_Social**”, “**Preocupação\_Futura**” e a “**Situaçã\_Atual**” respectivamente, pela sua magnitude de efeito que permitiu realçar as maiores diferenças entre as amostras de Portugal e Suécia. De entre as 5 subdimensões da protecção social, a subdimensão “**Situação\_Social**”, foi a que obteve a maior diferença entre médias com uma magnitude de efeito elevada ( $r=0,68$ ), mostrando bastante bem a insatisfação dos Portugueses ( $M=3,34$ ), relativamente aos Suecos ( $M=5,69$ ) quanto à situação social do seu país. A segunda subdimensão com a segunda maior magnitude de efeito ( $r=0,49$ ) foi a “**Preocupação\_Futura**”. Nesta subdimensão a amostra portuguesa ( $M=2,39$ ), é a que revela maior preocupação relativamente à possibilidade de não vir a ter dinheiro para despesas mensais fixas e cuidados de Saúde, comparativamente à amostra Sueca ( $M=1,66$ ). Também na “**Situação\_Atual**”, são os Portugueses ( $M= 4,35$ ) quem menos satisfeitos estão com os serviços prestados na área da Saúde e Educação, comparativamente aos Suecos ( $M=5,95$ ), com uma magnitude de efeito média.

Se atentarmos logo ao resultado da subdimensão “**Situação\_Social**” que evidenciou a maior diferença entre ambos os países, expondo o grande descontentamento dos portugueses relativamente ao nível de vida dos pensionistas, dos desempregados, da falta de serviços sociais de cuidados a preços acessíveis, das oportunidades de 1º emprego para os jovens, do nº de desempregados, de pessoas sem dinheiro para as necessidades básicas e de benefícios insuficientes para as pessoas mais necessitadas, podemos de facto inferir que estes resultados são bastante representativos da sensação de falta de sensação de “Almofada Social” ou “protecção social” por parte do Estado. Estes resultados vão assim ao encontro do esperado pela literatura ao mostrar que Portugal, ao contrário da Suécia que ocupa dos primeiros lugares, é o segundo País da União Europeia que menos despende com a protecção social, estando esses gastos (5,5%) bastante baixo da média europeia (8,3%), (Laboratório das desigualdades, 2013). Ademais, estudos mostram que nos países onde vigoram maiores níveis de protecção

social, as pessoas tendem a sentir-se menos preocupadas com as despesas fixas ou, por exemplo, com o acesso à saúde caso caiam no desemprego (Radcliff, 2001). Assim sendo, estes resultados fazem sentido pois tal como referido na parte teórica, o sistema de protecção social português é tido como rudimentar, baseado no estatuto ocupacional e dependente do agregado familiar, sendo que apenas alguns grupos sociais são abrangidos (classe trabalhadora), gerando o referido “dualismo” entre indivíduos bem protegidos e outros protegidos de forma incipiente (Adão e Silva, 2002). O que não acontece no sistema de protecção sueco, que é caracterizado por níveis elevados de protecção social a todos os cidadãos, independentemente do estatuto social ou civil, conjugado com extensas políticas de articulação entre trabalho e família (Rodrigues, Barroso & Caetano, 2010).

Quanto aos resultados específicos da subdimensão “**Preocupação\_Futura**”, a Fundação europeia (2004), considera que as preocupações económicas tradicionais, como o bem-estar material, saúde, medo do desemprego ou falta de dinheiro para eventuais necessidades, são os factores que mais contribuem para a satisfação a vida. O que de certa forma explica os resultados desta subdimensão, ao mostrar a grande diferença entre amostras sendo os portugueses os que mais preocupados dizem estar, com a possibilidade de não virem a ter dinheiro para despesas mensais fixas e serviços de saúde numa situação futura, comparativamente aos Suecos.

Apesar da literatura ser escassa para apoiar os resultados específicos da terceira subdimensão com maior magnitude de efeito, “**Situação\_Atual**” (revela serem os portugueses os menos satisfeitos com o seu sistema de saúde e ensino), o relatório da OCDE (2013) situou Portugal no 5º lugar do País com a pior classificação na educação. Adicionalmente, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2010), Portugal encontra-se na órbita dos países da Europa, com maiores desigualdades ao nível da assistência médica e acesso a médicos especialistas. O que contrasta com a situação da Suécia, considerado o País da EU que mais despende em serviços de saúde, educação, e aposentadoria/pensão mínima aos idosos, garantindo assim provisão do bem-estar a todos, de forma igualitária e universal (Wallenberg & Persson, 2012).

Embora a magnitude de efeito seja baixa, ou seja, não existe uma diferença acentuada entre ambas as amostras, não deixa de ser pertinente abordar os resultados

das subdimensões “**Responsabilidade\_Governo**” ( $r=0,13$ ) e “**Benefícios\_Sociais**” ( $r=0,14$ ). Se por um lado, a opinião de ambas as amostras, Portuguesa e Sueca, vai no sentido de considerar que o governo deve assumir uma maior responsabilidade pelo nível de vida de determinados grupos sociais (desempregados, idosos, pais trabalhadores, famílias que estejam a cuidar de doentes, facilitar a empregabilidade o acesso à saúde, etc.), por outro, ambas as amostras, estão também em sintonia ao considerarem que os benefícios sociais não promovem uma sociedade mais igualitária e prevenida da pobreza. A nosso ver estes resultados são de certa forma contraditórios, podendo levar a pelo menos duas formas de entendimento. Uma é que tanto os portugueses como os suecos, consideram que o governo deve ter um papel bastante interventivo com determinados grupos sociais (como os desempregados, pensionistas, idosos, jovens à procura 1º emprego, serviços para pais trabalhadores, etc.). O que de certa forma faz sentido tanto para um como para o outro país. Na Suécia, como anteriormente referido, o Estado tem um papel bastante mais “paternalista”, ou “protector”, com elevados benefícios sociais a todos os cidadãos, comparativamente a Portugal, e tendo em conta que os suecos, também comparativamente aos portugueses, são os mais satisfeitos com a vida e com o seu sistema político, podemos então inferir que esta forma de actuação do Estado obtém resultados positivos na população sueca que apoiam e defendem esta forma de actuação do Estado – que é a responsabilização por todos grupos citados. Quanto à explicação desta subdimensão para a população Portuguesa, pode dever-se ao facto dos portugueses relativamente aos suecos, estarem menos satisfeitos com o seu sistema político e com a situação social do seus país (nível vida dos desempregados, pensionistas, serviços pais trabalhadores, apoiar jovens à procura do 1º emprego e famílias que tenham a cargo outros familiares), e por isso, defenderem um papel mais intervencionista por parte do Estado, visto estarem insatisfeitos com a actual forma de actuação por parte deste.

Quanto à similitude de resposta de ambas as amostras relativamente à subdimensão “**Benefícios\_Sociais**”, que mostra que tanto os portugueses como os suecos, não consideram que os benefícios sociais possam contribuir para uma sociedade mais igualitária e prevenida da pobreza pode, segundo a nosso ponto de vista, levar a duas formas de entendimento. Uma é que os suecos, por já viverem numa sociedade que tem a maior distribuição de bens e da protecção social a todos os cidadãos,

comparativamente aos portugueses, podem considerar que os benefícios sociais por si só, não potenciam mais igualdade ou menos pobreza na sociedade. Pois tal como Sanandaji (2012) refere, o sistema social sueco é caracterizado por alargados benefícios sociais, porém todos os suecos contribuem bastante para a protecção social detendo desta forma, a responsabilidade de contribuição individual para o bem-estar geral da sociedade. Quanto ao tipo de resposta dos portugueses a esta subdimensão, que nem concordam ou discordam muito, a nosso ver pode ser entendido como resultado da maior insatisfação e pouca confiança que sentem, comparativamente aos suecos, com os partidos e líderes políticos seu sistema político, o que de acordo com Ribeiro (2011), gera distanciamento e alienação em relação ao funcionamento da democracia, assim como um descrédito nas respectivas medidas das instituições políticas. Outra forma de interpretar estes resultados, pode simplesmente dever-se ao facto de tanto a amostra portuguesa como sueca, consideraram que o Estado deve realmente ter um papel mais intervencionista com determinados grupos sociais mais vulneráveis. No entanto, não consideram é que os benefícios sociais sejam o meio pelo qual a sociedade possa ficar mais igual e menos pobre.

### **Regressões múltiplas:**

Ao nível das regressões múltiplas, obtivemos resultados também interessantes no que toca à comparação entre ambas amostras: No que toca ao 1º modelo, as variáveis sociodemográficas apenas se mostram significativas na amostra Portuguesa (e depois na amostra conjunta “Portugal + Suécia”), explicando 10% da variância. Tal como seria de esperar pela bibliografia, em Portugal, as mulheres e as pessoas mais velhas são as que menos satisfeitas estão com a vida, e as pessoas com mais habilitações literárias, as mais satisfeitas. De facto, ser mulher num país como Portugal, onde vigora um modelo de protecção social que se caracteriza por ser carente de políticas sociais integradoras – da vida profissional com a familiar - evidenciando a fragilidade da mulher “cuidadora”, que além de ter de optar ou por trabalhar a tempo inteiro e abdicar da tarefa de “cuidar” por não ter nem políticas sociais que auxiliem o desempenho de ambas as tarefas, nem serviços sociais de cuidados a crianças/idosos suficientes (sendo que os que existem são demasiado caros), ainda tem a fragilidade de não obter benefícios sociais se estiver fora do mercado de trabalho. Portanto, a tarefa de “cuidar”, acaba por ter de ser prestada

“sem remuneração”, ou então por terceiros como instituições privadas em que todas as expensas ficam a cargo da família, caso a mulher opte por ter uma vida profissional (Adão e Silva, 2002; Alexandre & Martins, 2009). O mesmo não acontece na Suécia que promove a participação da actividade profissional feminina através de uma rede alargada de infra-estruturas de apoio a crianças e a idosos, podendo libertar as mulheres da função de “cuidado” permanente, permitindo-lhes desta forma conciliar a vida profissional com a familiar, sem prejuízo de nenhuma (Casaca, 2010; Rodrigues, Barroso & Caetano, 2010). Adicionalmente, a Suécia conta ainda com um sistema de tributação individual que ao contrário do sistema português, não obriga a depender da posição no mercado de trabalho nem do estatuto e agregado familiar (Wallenberg & Persson, 2010). Estas razões são a nosso ver, um factor bastante plausível no que toca ao entendimento destes resultados de insatisfação com a vida no género feminino, em Portugal, quando posto lado a lado com a Suécia.

Quanto aos resultados obtidos na variável “**Idade**”, Galinha (2010) defende que a maioria dos estudos, apontam para o facto de entre a população em geral, os mais satisfeitos serem curiosamente as pessoas mais velhas por não haver uma discrepância entre os objectivos e condições de vida atingidas. Por outro lado, a mesma autora refere que se outras variáveis forem controladas, como por exemplo, a não redução do rendimento, a tendência é a satisfação com a vida manter-se mesmo com o avanço da idade. Ora, isto leva-nos a crer, mais uma vez, que a satisfação e segurança relativamente à “ **Situação\_Social**” (nível de vida dos pensionistas, desempregados, serviços de apoio e cuidados a criança/idosos, oportunidades 1º emprego, benefícios suficientes, etc.) de um país têm, de facto influência na satisfação com a vida. Desta forma é explicável que as pessoas mais velhas, em Portugal, estejam menos satisfeitas com a vida e que esta variável não tenha sequer impacto na Suécia. Tal como vimos na parte teórica, Portugal é carente de um conjunto de serviços sociais entre os quais, os destinados ao apoio da população idosa que além de não serem suficientes para cobrirem toda a população, também apresentam ineficiências quanto aos equipamentos que dispõe, tanto a nível privado como público (Alexandre & Martins, 2009). Deste ponto de vista, estes resultados de uma maior insatisfação com a vida nas pessoas mais velhas portuguesas, são explicados.

Relativamente ao impacto da variável “**Habilitações Literárias**”, na satisfação com a vida em ambas as amostras, também não foi surpresa. O facto de maiores níveis de escolaridade proporcionarem progresso aos indivíduos em direcção aos seus objectivos, aumentando as aspirações associadas também à expectativa de um rendimento superior e a um estatuto profissional elevado, parece ser uma boa razão para predizer uma maior satisfação com a vida. Por outro lado, é importante realçar o facto de tanto esta como as restantes variáveis sociodemográficas, não atingirem significância estatística na amostra Sueca. Uma explicação para este resultado pode dever-se à importância e o alcance, cada vez menor, que as habilitações literárias conseguem trazer no sentido de progressão no mundo laboral, assim como no aumento de rendimento, por exemplo. Outra possível explicação pode prender-se, como já mencionado anteriormente, com o facto de na Suécia as diferenças salariais entre classes laborais serem menores, sendo essas diferenças entre executivos e operários inferiores, que por exemplo em Portugal. O que, de certa forma, pode diminuir a importância de se ter mais graus académicos, com intuito de isso se reflectir numa melhor situação ao nível da remuneração (Gordon, 2000). Por último, estes dados vão em encontro do defendido por Argyle (1999, cit in, Galinha 2010), ao argumentar que a importância atribuída à escolaridade tem vindo a diminuir, sendo mais importante nos países mais pobres. Facto que se pode constatar neste estudo, em que a importância desta variável - habilitações literárias - é de facto mais importante para Portugal do que para a Suécia, que não atingiu significância estatística sequer.

Relativamente ao **2º modelo**, que introduz as variáveis independentes “Satisfação\_Política” e “Protecção\_Social”, é importante notar que a disposição hierárquica, ao nível do beta, é igual nos três modelos de regressão realizados (Portugal, Suécia e “Portugal + Suécia”, explicando 24%; 12% e 32% da variância, respectivamente), sendo que em todas as amostras a variável que se mostrou mais preditora da satisfação com a vida, foi a “Preocupação\_Futura”, seguindo-se a “Satisfação\_Política” e depois a “Situação\_Actual”. Porém, apesar da ordem ter sido curiosamente a mesma, é pertinente notar que a “força” do beta em cada amostra, atinge diferenças interessantes. Assim, a preocupação com o futuro tem um impacto maior, no sentido negativo, na satisfação com a vida na amostra portuguesa, sendo grande a diferença do beta (PT= -267; SE= -197). O que significa que esta variável é a mais

preditora da satisfação com a vida, tanto para Portugal como para a Suécia, mas que essa relação (entre a preocupação futura e a satisfação com a vida), é mais forte na amostra portuguesa. Mais uma vez, estes resultados vão ao encontro do esperado: além de nas diferenças entre médias, Portugal já mostrava maior preocupação relativamente aos suecos, estes resultados só vieram confirmar esse receio apenas com o acrescento, que de facto, é a variável deste estudo que mais impacto tem, no sentido negativo, na satisfação com a vida. No nosso entender, não é de facto surpreendente que a preocupação com a falta de dinheiro para despesas básicas, por ser uma situação limite extremamente angustiante, seja a variável com mais impacto ao nível da satisfação com a vida em todo o estudo. O facto de a força de associação entre as variáveis ser bastante mais forte na amostra portuguesa poderá dever-se, por um lado, ao mais baixo número de pessoas na amostra sueca que enfrentem esta situação (levando a uma menor variabilidade dos dados) e por outro, ao possível efeito amortecedor que as políticas sociais possam estar a ter nessa angústia do futuro. Isto é, na Suécia, mesmo as pessoas que temam não ter dinheiro suficiente para este tipo de despesas, poderão sentir muito maior segurança na (provável ou habitual) resposta do Estado.

A segunda variável com mais impacto na satisfação com a vida, no sentido positivo, é a “**Satisfação\_Política**”. Estes resultados mostram que de facto variáveis políticas como, confiança e satisfação dos cidadãos relativamente à estrutura política e ao estado da económica do seu País, contribuem para explicar uma maior satisfação com a vida (Bohnke, 2008). Apesar das diferenças entre os betas de ambos os países não serem extraordinárias (beta da Suécia = 190; Beta de Portugal = 147), não levantou admiração tendo em conta que: 1º) quando se comparou as médias entre as amostras, esta variável (satisfação política) mostrou que os suecos eram mais satisfeitos com a sua estrutura política, relativamente aos Portugueses, com um efeito elevado ( $r=0,56$ ); e 2º) a literatura aponta que os países detentores dos modelos políticos “sociais-democratas”, como é o caso da Suécia obtêm valores mais elevados quanto à satisfação com a vida, em oposição a Países com regimes conservadores como Portugal, exactamente por permitirem maior igualdade ao nível de acesso e oportunidades de trabalho, escola, saúde; assim como proporcionarem acesso à protecção social sem ter de depender obrigatoriamente do mercado de trabalho (Radcliff, 2001). Esta justificação é também corroborada por Owen, Wilson e Videras (2008), num artigo que tenta correlacionar o

bem-estar subjectivo com a democracia, no qual defende que maiores níveis de satisfação com a vida, estão intimamente relacionados com o tipo de actuação governamental, mais concretamente, com os níveis de segurança económica e políticas sociais que transmitam segurança e conforto aos cidadãos, independentemente da situação financeira e cultural do País. Posto isto, estes resultados, tanto nas diferenças entre as médias como nas regressões múltiplas, fazem sentido. Se efectivamente a estrutura governamental e respectivas intervenções políticas interferem directamente no estilo de vida que proporcionam aos seus cidadãos (Rodrigues, Barroso & Caetano, 2010), e tendo em conta que os Portugueses estão menos satisfeitos do que os Suecos, quanto ao sistema político e económico do País, parece-nos compreensível que esta variável (de ordem política) tenha bastante impacto e de forma positiva em ambas as amostras.

Estes dados e respectiva justificação, leva-nos à compreensão da terceira variável mais preditora da satisfação com a vida, em ambas as amostras. Tanto em Portugal, como na Suécia, a avaliação da “Situação\_Atual” (acesso à saúde e educação), tem impacto na satisfação com a vida: quanto maior a satisfação no acesso à saúde e ao sistema de educação, maior a satisfação com vida. Mais uma vez, apesar do beta não ter uma diferença proeminente, Portugal apresenta para esta variável um beta maior (beta= 0.104) do que a Suécia (beta= 0,69). O que significa que na amostra portuguesa consegue-se prever, ligeiramente melhor, a satisfação com a vida a partir da satisfação com os serviços de saúde e educação. Tendo em conta que quando se comparou as médias entre as referidas amostras, esta variável já indicava que Portugal estava menos satisfeito do que a Suécia, com efeito moderado ( $r=0,43$ ); e sabendo que como referido anteriormente, Portugal encontra-se sinalizado pela OMS (2010) como um dos país com maiores desigualdades ao nível de acesso à Saúde, assim como o 5º com a pior classificação ao nível da educação (OCDE, 2013), estes resultados além de esperados, parecem-nos plausíveis.

À semelhança do que aconteceu na comparação entre médias, neste exercício estatístico de regressões múltiplas a variável “**Benefícios\_Sociais**” também levantou conclusões por um lado contraditórias e por outro, interessantes. Tanto na amostra portuguesa como sueca, a quarta variável com maior capacidade preditora da satisfação

com a vida foi exactamente a dos benefícios sociais. Apesar de não ser notória a diferença, esta atingiu maior significância estatística e beta (no sentido negativo) na amostra Portuguesa (sig= 000; beta= -0,68), do que na Sueca (sig=0,13; beta=0,57). Como referido anteriormente, estes dados foram os que surpreenderam mais, tendo em conta que são os Portugueses quem menos satisfeitos mostram estar com a sua estrutura política, com a situação social e actual do País, mais preocupados relativamente à possibilidade de no futuro não virem a ter dinheiro para despesas e cuidados de saúde, e os que mais responsabilizam o governo pela mudança desta situação. Posto isto, seria também de esperar que fossem os que mais defendessem que o aumento de benefícios sociais melhoraria esta situação da qual mostram insatisfação. Uma possível explicação para este resultado, pode efectivamente prender-se com os mesmos motivos que nos levaram a pensar que os Portugueses, por estarem mais descontentes, seriam também os mais “exigentes” com o seu sistema governamental. A diferença é que a insatisfação ao contrário de motivar uma maior procura de “apoio” e recurso ao Estado para resolver este descontentamento, leva ao que já foi referido, a uma indiferença e descredito tanto do bom funcionamento destes órgãos, como pelas respectivas medidas políticas (Moisés & Carneiro, 2008; Ribeiro, 2011). Quanto à explicação destes resultados para a amostra Sueca, uma eventual hipótese explicativa pode dever-se ao facto da Suécia, não concordar efectivamente que os benefícios sociais sejam, por si só, suficientes para prevenir a pobreza e tornar a sociedade mais igualitária. Tal como Sanandaji (2012), argumenta, os países Nórdicos, e neste caso a suécia, são países bem-sucedidos em ter baixos níveis de pobreza e longa esperança média de vida e muito se deve ao capital social dos suecos que, segundo a referida autora, apesar de serem cobertos por uma extensa protecção social, são também imbuídos de um capital social que se reflecte num sentido de auto-responsabilização. O que entre outras apetências, resulta na capacidade que cada cidadão tem no sentido não só se melhorar a sua vida mas também contribuir para o bem geral da sociedade. O que de certa forma pode explicar o resultado de não considerarem que a pobreza ou a igualdade seja atingida através de benefícios, mas também através do papel pró-activo de cada cidadão.

O principal objectivo deste trabalho era, como foi referido, conhecer até que ponto as variações dos modelos político-sociais e respectivas medidas de protecção social, explicam as variações na avaliação da satisfação com a vida em Países com

contextos políticos tão distintos como Portugal e Suécia. A descrição e discussão dos resultados permitiram de facto verificar o que já na literatura se tinha apurado: 1º) os Suecos revelam maior satisfação com a vida, do que os Portugueses e 2º) as variáveis que incluem a satisfação com o regime político e respectivas medidas de protecção social, ajudam a explicar essa variância de satisfação com a vida. Uma maior satisfação com o tipo de governação, assim como, uma maior segurança relativamente à “almofada social” que o Estado consegue transmitir, interferem de forma positiva no bem-estar-subjectivo. O facto de as pessoas se sentirem mais “amparadas” pelo Estado caso caiam no desemprego, não correndo o risco de não vir a ter dinheiro para despesas mensais fixas ou cuidados de saúde, é a variável que mais prediz uma maior satisfação com a vida. O “ peso” que o sistema de protecção social português, ao contrário do Sueco, faz recair nas famílias, designadamente uma grande responsabilidade do cuidado, não respondendo as novas demandas de uma sociedade cada vez mais marcada pela entrada da mulher no mercado de trabalho, faz levantar três questões que a nosso ver, são bastante explicativas para estes resultados que catalogam Portugal ao nível tão insatisfatório com a vida sobretudo quando comparado com a Suécia: 1) fragilidade na rede de serviços de apoio e cuidado a crianças e idosos, sobrecarregando as mulheres-cuidadoras que se quiserem participar no mercado de trabalho, têm de suportar esses serviços que por serem insuficientes na corrente pública, acabam por só ter vaga no privado, carregando a família com essas expensas. O que leva à lacuna 2º) falta de políticas sociais integradoras e conciliadoras da vida profissional com a familiar e 3) protecção social baseada na posição no mercado de trabalho e agregado familiar, evidenciado a fragilidade das mulheres cuidadoras por não estarem incluídas no mercado de trabalho.

Estas fragilidades no modelo-político-social português são a nossa ver, bastante clarificadoras quanto aos resultados da nossa investigação, que se mostraram coerentes com a literatura. De facto, a satisfação com a vida depende, também, de variáveis político-sociais, sendo maior em países que promovam uma sensação de “amparo”, ou maior segurança social. Dentro deste ponto de vista e após este estudo, é de facto “compreensível” as diferenças ao nível da satisfação com a vida entre Países, sobretudo quando Portugal e Suécia, são postos lado-a-lado!

## 6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

O principal objectivo deste estudo foi estudar a satisfação com a vida em Portugal e Suécia, tendo como pano de fundo variáveis de ordem política, cujo método de recolha de dados foi através questionário internacional europeu do *European Social Survey*, por ter a enorme vantagem da amostra ser bastante representativa. Uma vantagem de usar este inquérito, que pode funcionar simultaneamente como uma desvantagem, é que o facto de existir um questionário já com vários itens sobre as mais variadas temáticas, auxilia o investigador a escolher aquelas que apenas lhe interessam no âmbito da sua investigação, como foi o nosso caso. Por outro lado, pode acontecer que, mesmo assim, o investigador não encontre exactamente os itens que necessita vendo-se neste caso “limitado” a usar dos que o inquérito dispõe.

Outra “limitação”, que a nosso ver pode agora funcionar mais como uma sugestão para futuras investigações”, é que o módulo rotativo que nós escolhemos para este trabalho, por ser o que mais se adequava aos nossos objectivos de estudo, foi o *European social survey* de 2008, ou seja, um módulo de há 6 anos atrás. Porém, tendo em conta que o pico da atual crise económica, tanto em Portugal como no resto do mundo, começou a partir desse ano, talvez fosse interessante “ replicar” este estudo e perceber quais, se existem, as variações ao nível da satisfação com a vida e a relação desta com as variáveis políticas, à luz da conjectura economia e política atual. Uma outra sugestão de investigação, que após este trabalho nos parece bastante interessante, é perceber até que ponto as variáveis contextuais vs. variáveis pessoais interferem com avaliação subjectiva da vida, assim como, com envolvimento dos cidadãos na vertente política. Neste sentido, elaborar um estudo que procure perceber se as pessoas que dizem não confiar no sistema político, se é porque de facto não estão satisfeitas, ou se é por haver um distanciamento quase “cultural” (variáveis contextuais) relativamente à política e como tal, a resposta automática é a de não estarem satisfeitas ou de não confiarem nas organizações políticas porque na realidade, não percebem o funcionamento do sistema político e esse distanciamento dever-se a uma “incultura política”.

## BIBLIOGRAFIA

- Adão e Silva, P. (2002). O Modelo de welfare da europa do sul, reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia problemas e práticas*, n38, pp-25-59.
- Albuquerque, A. & Tróccoli, B. (2004). Desenvolvimento de uma Escala de Bem-Estar Subjectivo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, vol.20, n.2, pp. 153-164.
- Albuquerque, F., Sousa, F. & Martins, C. (2010). Validação das escalas de satisfação com a vida e afectos para idosos rurais. *PSICO*, vol. 41, n.1, pp-85-92.
- Alexandre, H., & Martins, M. (2009). Características do modelo português de providencia de bem-estar como factor de fragilidade económica e social dos/as cidadãos e famílias, numa perspectiva de género. 7ºCongresso Nacional da Administração Pública, lisboa.
- Almeida, M., Gutierrez, G., & Marques, R. (2012). Qualidade de vida. Acedido em 15 de Outubro de 2013 em: [http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade\\_vida.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf)
- Araújo, P. (2008). *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*: Quarteto editora.
- Baltazar, M. (2004). Políticas Sociais: “Solidariedades planeadas”. Comunicação apresentada no VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais, Universidade de Coimbra.
- Bohnke, P. (2007). Does society matter? Life satisfaction in the enlarged Europe. Inequality and social integration, social science research center Berlin.
- Cabral, M. (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- Cairo, J. (2008). *Políticas públicas, política social e estado providência*. Universidade Lusíada editora.
- Casaca, S. (2010). “Gender in(quality) in the labor market abd the southern European welfare states”, in Addis, E. ; Villota , P. ; Degavre, F.; Eriksen, J.;.; gender an well-being: the role of institutions from past to present, London: Ashgate, pp-184.199.
- Cohen, J. (1988). “Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences, 2ª ed., Hillsdale, NJ:Lawrence Earlbaum Associates.
- Comissãoeuropeia(2012).retiradode[http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm), em 24 Janeiro de 2014.

- Dias, M. (2007). O desenvolvimento e a qualidade de vida no centro da agenda actual – duas realidades complementares. *Gestão e desenvolvimento*, pp. 3-19.
- Díaz, A., González, L., & Radcliff, B. (2010). The politics of happiness: on the political determinants of quality of life in the American states. *The journal of politics*, vol. 72, n.3, pp. 894-905.
- Diener, E. (1984). Subjective Qell-being. *Psychological Bulletin*, 95, 542-575
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American psychologist*, 55(1), 34.
- Diener, E. D., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of personality assessment*, 49(1), 71-75.
- Diener, E., & Diener, C. (1996). Most people are happy. *Psychological Science*, 7, 181-185.
- Diener, E., Suh, E. M., Smith, H., & Shao, L. (1995). National differences in reported subjective well-being: Why do they occur?. *Social Indicators Research*, 34(1), 7-32.
- Diener, E., Suh, E., & Oishi, S. (1997). Recent findings on subjective well-being. *Indian Journal of Clinical Psychology; Indian Journal of Clinical Psychology*.
- Diogo, M. (2003). Satisfação global com a vida e determinados domínios com idosos com amputação de membros inferiores. *Rev Panam Salud Publica/Pan AmJ Public Health*, 13, pp. 395-399.
- Erixon, L. (2008). The Rehn-Meidner Model in Sweden: its rise, challenges and survival: *department of economics, Stockholm University*, 106 91.
- Esping-Andersen, G. (1990). As três economias políticas do welfare state. The three words of welfare capitalismo (86-115). Princeton University Press
- Estanque, E. (2009).Diferenças sociais de classe e conflitualidade social, in Lages, Mário e Matos, Artur Teodoro (org.), Portugal Intercultural: Razão e Projecto. Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ ACID, 123-176.
- Estanque, E., & Mendes, J. (1998). *Classes e desigualdades sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento
- Eurostat (2012). Retirado de <http://www.oecd.org/std/prices-ppp/PPP%20manual%20revised%202012.pdf>, em 29 Outubro de 2014.

- Faria, C. (2002). Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.17 no.48
- Ferreira, S. (2009). A nova pobreza e o welfare mix em Portugal. Comunicação apresentada no encontro “ A crise Actual e o Papel das instituições”, organizada pela rede social de Coimbra, Auditório da fundação Bissaya Barreto, 12 Novembro de 2009.
- Field, A. (2005). *Discovering Statistics using SPSS* (2ªed.), Londres: Sage.
- Fleck, A. (2008). Problemas conceituais em qualidade de vida
- Fundação europeia (2004). Life satisfaction in a enlarged Europe.
- Galinha, I. (2010). *Bem-estar subjectivo: factores cognitivos afectivos e contextuais* (2ªed). Lisboa:Placebo.
- Garcia, A. (2013). A feminização da pobreza. Retirado de <http://www.plataformaglobal.eu/a-feminizacao-da-pobreza/>, em 12 Novembro de 2013.
- Giacomini, C.H. (2004). Bem-estar Subjectivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia da SBT, vol.12, n.1.*
- Haller, M., & Hadler,M. (2006). How social relations and stuctures can produce happiness and unhappiness: an international comparative analysis. *Social Indicators Research, DOI 10.1007*
- INE (2013). Retirado de <http://www.ine.es/>, em 25 Novembro de 2013
- Inglehart, R., & Klingemann, H. (2000). Genes, Culture, Democracy, and Happiness.
- Keane, L., Pacek, A., & Radcliff, B. (2012). Organized labor, democracy, and life satisfaction: A Cross-National Analysis. *Labour studies journal*.
- Kluthcovsky, A., & Takayanagui, A. (2006). Qualidade de vida - aspectos conceptuais. *Revista Salus-Guarapuava- PR v.1, n.1, p.13-15, 2007.*
- Leal, C. (2008). Reavaliar o conceito de qualidade de vida, Brasil. Disponível em <http://www.porto.upt.pt/lusobrasileiro/actas/Carla%Leal.pdf>.
- Lindenau, J., & Guimarães, L. (2012). Calculando o tamanho de efeito no SPSS. Acedidoem17Novembrode2013em:<http://seer.ufrgs.br/hcpa/article/viewFile/36971/23993>.

- Lolis, D. (1999). SOLIDARIEDADE E POLÍTICA SOCIAL. Retirado de [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_solidariedade.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_solidariedade.htm), em 30 Setembro 2013.
- Lourenço, M. (2008). De que depende a percepção social da qualidade de vida? uma análise exploratória para o concelho de Aveiro. VI congresso português de sociologia, universidade nova de lisboa.
- Machado, F., Basso, G., Margarida, C., & Moritz, R. (2007). Avaliação da Qualidade e Satisfação de Vida Dos Pacientes antes da Internação na Unidade de Terapia Intensiva e após a Alta Hospitalar. *Revista brasileira de terapia intensiva* , vol.19 N°1, Janeiro – Março, 2007.
- Maia, A., Guimarães, C., Carvalho, C., Capitão, L., Carvalho, S., & Capela, S. (2006). Maus tratos na infância, psicopatologia e satisfação com a vida: um estudo com jovens portugueses.
- Marques, S.C., Pais-Ribeiro, J.L. E Lopez,S.J. (2008). Estabilidade temporal das escalas de esperança para crianças e de satisfação com a vida para estudantes. *PSICOLOGIA, SAUDE & DOENÇAS*, 9, pp. 245-252.
- Mccullough, G., Huebner, S. & Laughlin, J. (2000). Life events, self-concept, and Adolescent's positive subjective well-being . *Psychology in the scholls*, v.37, pp. 281-290.
- Moises, J., & Carneiro, G. (2008). Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime- o caso do brasil. *Opinião pública, Campinas*, vol. 14, pp.1-42.
- Mozzicafreddo, J. (1992). O estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias. Comunicação “Portuguese welfare state:Dimensions and specific feature. Universidade de Bremen.
- Nata, G. e Menezes, I. (2010). Ciclo de vida e atitudes perante a vida: satisfação com a vida, religiosidade e redes sociais.
- Novais, J. (2006). *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*. Editora Almedina.
- Observatório das desigualdades (2013).retiradode:<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>, em 22 de Novembro de 2013.
- Orloff, A. (1996). Gender in the welfare state.*Annual Review of Sociology* 22, pp-52-78
- Owen, A., Hamilton, J., & Willemssen, C. ( 2008). Democracy, Participation and life satisfaction. *Social science quarterly*, vol. 89, n.4.
- Pais-Ribeiro, J. L. (2012). Validação transcultural da Escala de Felicidade Subjectiva de Lyubomirsky e Lepper. *Psic., Saúde & Doenças*, vol.13, n.2, pp. 157-168.

- Parlamento europeu (1997). Retirado de : [http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_pt.htm): em 22 Setembro de 2013.
- Pereira, E., Teixeira, C., & Santos, A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, vol.26, n2, São Paulo.
- Pereirinha, A., & Carolo, F. (2006). Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974). Comunicação apresentada no XXVI na associação portuguesa de historia e economia social, em Ponta Delgada ,18 Novembro de 2006.
- Poeschl, G. (2010). Desigualdades na divisão do trabalho, sentimento de justiça e processos de comparação social. *Análise psicológica*, vol. XXVIII (1), pp-20-42
- Pordata (2013). Retirado de <http://www.pordata.pt/>, em: 20 Dezembro de 2013.
- Radcliff, B. (2001). Politics, markets, and life satisfaction: the political economy of human happiness. *American political science review*, vol.95, n.4.
- Ribeiro, E. (2011). Confiança Política na América Latina: Evolução recente determinantes individuais. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba v 19, n.3, p.167-182.
- Rodrigues, E., Barroso, M., & Caetano, A. (2010). Trabalho, família e bem-estar: Factores e padrões de qualidade de vida na Europa. CIES e-Working papers.
- Rodrigues, V. (2010). O Estado e as políticas Sociais em Portugal. *Revista do departamento de sociologia da FLUP*, vol. XX, pp-191-230.
- Ruin, O. (1990). O DESENVOLVIMENTO DO MODELO SUECO. Reflexiones para lationamericanos, Caracas.
- Sanandaji, N. (2012). The surprising ingredients of Swedish success – free markets and social cohesion. Retirado de [www.iea.org.uk](http://www.iea.org.uk), em 15 12 setembro 2013.
- Santos, B. (1999)."Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? ", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 197-215.
- Santos, B. (Dezembro 2012). O Estado Social, Estado providência e de bem-estar. Diário de Notícias.
- Seidl, E. & Zannon, C. (2004). Qualidade de vida e saúde: aspectos conceptuais e metodológicos. *Cadernos de saúde pública*, vol.20, n.2.
- Simões, A., Ferreira, J., Lima, M., Vieira, C., Matos, A., & Oliveira,, A. (2000). O bem-estar subjectivo: Estado actual dos conhecimentos. *Psicologia, Educação e Cultura*, 4, 243-279.

- Sirgy, M. (2002). *The psychology of quality of life*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- V, Bertoquini., & Pais-Ribeiro, J.L. (2004). Personalidade e bem-estar subjectivo. In *a psicologia da saúde num mundo em mudança: resumos do 5º congresso nacional de psicologia da saúde*, pp. 68-69.
- Varela, R. (2013). *Quem paga o estado social em Portugal?* Lisboa: Editora Bertrand
- Veenhoven. (1996). *The Study of Life Satisfaction*. In Saris, W.E., Veenhoven, R . Scherpenzeel, C. & Bunting, B. ( Eds). *A Comparative Study of Satisfaction With Life in Europe* (pp 11-48). University Press.
- Viana, A. (2007). *O modelo sueco e o pleno emprego: a crise da década de 1990*. Tese de mestrado, universidade católica de são Paulo, brasil.
- Viana, A., & Cunha, P. (2008). *A experiência do modelo sueco como uma alternativa para a política macroeconómica*.
- Wallenberg, J., & Persson, K. (2012). *O Modelo nórdico, os valores compartilhados por uma nova realidade*. Global utmaning Swedish institute.
- Whiteley, P., Clarke, H., Sanders, D., & Stewart, M. (2010). *Government performance and life satisfaction in contemporary Britain*. *The journal of politics*, vol. 72, n.3, pp.733-746.
- Woyciekoski,C.,Stenert,F., & Hutz, C. (2012).*Determinantes do Bem-Estar Subjectivo*. *Psico*,v.43, n.3, pp.280-288.

